

A força do argumento diante do argumento da força: O Brasil diante da lógica da Segunda Guerra Fria (1979-1989)

Por Carlos Federico Domínguez Avila¹

Sumario

1. Introdução
2. A Segunda Guerra Fria: origem e evolução
3. O Brasil do governo Figueiredo e a fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria (1979-1985)
4. Sarney, a política externa da "nova república" e a fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria (1985-1989)
5. Considerações finais
6. Referencias bibliográficas

1. Introdução

O propósito deste artigo é compreender as características fundamentais da lógica da política externa global do Brasil diante do assim chamado processo de rebipolarização das relações internacionais vigente durante grande parte do decênio de 1980. Nesse sentido, trata-se de uma análise que se enquadra tanto no campo da história das relações internacionais contemporâneas da América Latina e do Caribe, quanto no campo da história da Guerra Fria – ou melhor, da história da Segunda Guerra Fria.

Com esta finalidade, utiliza-se como fontes de informação um conjunto de nove conferências sobre política externa global do Brasil pronunciadas na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, pelos Chanceleres Ramiro Saraiva Guerreiro, Roberto de Abreu e Francisco Rezek. Tais conferências permitem apreciar a lógica da diplomacia e oferecem dados que podem servir como base para aproximar-se da evolução da política externa global do Brasil durante o decênio de 1980, quer dizer, durante os perturbadores e complexos anos da Segunda Guerra Fria.

¹ Doutor em história das relações internacionais pela Universidade de Brasília.

Convém ressaltar que os textos das conferências caracterizam-se pela sua veracidade, validade e confiabilidade – apesar do seu propósito inicial não era servir como fonte de pesquisa histórica, social ou política. Ditos textos também se caracterizam pela sua adequada consistência interna, regular freqüência, elevado nível de reflexão (devido ao alto grau de instrução do conferencista e de seu auditório), espontaneidade e a possibilidade de estabelecer comparações temáticas no tempo. Em suma, parece evidente que as conferências, sim, refletem as linhas gerais da política externa global do Brasil durante o período em questão. E, mais importante ainda, oferecem pistas que permitem reconstruir grande parte da política internacional do Brasil frente à lógica do processo de rebipolarização próprio da história da Segunda Guerra Fria, que é o que mais interessa para os fins do presente artigo.

2. A Segunda Guerra Fria: origem e evolução

As que relações internacionais durante o decênio 1979-1989 foram qualitativamente diferentes tanto frente ao observado no marco da distensão (ou *détente*) dominante durante grande parte da década de 1970, como diante do interregno de unilateralidade hegemônica estadunidense que caracterizou – sob a perspectiva estratégica global – o decênio de 1990.

Efetivamente, é possível e pertinente constatar no período 1979-1989 uma unidade lógica que gira em torno do processo de rebipolarização da política internacional no âmbito global. Daí a origem do “novo” ou “segundo” período de “guerra fria” entre as duas superpotências (os Estados Unidos e a União Soviética), respectivos aliados, e sistemas sociais antagônicos (capitalismo-socialismo).

Nessa ordem de idéias, parece pertinente ponderar que a noção Segunda Guerra Fria alude à complexa articulação de ambientes, interpretações teóricas e políticas de Estado que provocaram ou foram consequência da notória intensificação de tensões, competição e conflito globalizado nas relações internacionais entre dezembro de 1979 e novembro de 1989 (aproximadamente).

Convém sublinhar que a noção “Guerra Fria” é muito antiga. Anders Stephanson (1996) sugere que a mesma já era conhecida na Idade Média. Na sua opinião, teria sido um nobre do Reino de Castela, Don Juan Manuel, quem, a princípios do século XIV, utilizou dito termo para designar o “estado natural de guerra entre Cristãos e Muçulmanos”. Isto é, um conflito mais ou menos permanente entre duas doutrinas ideológicas em competição.

Nessa linha, uma “guerra fria” pode ser entendida em dois sentidos. Por um lado, trata-se de um conflito que não é “quente”, dado que não existem batalhas que terminem em vitória ou derrota total frente ao adversário e, por isso não oferecem “nem paz nem honor”. Por outro lado, o sentido de uma “guerra fria” sugere que as relações entre dois ou mais atores não são boas; isto é, são tensas, ameaçadoras e hostis. Em suma, para os fins do presente estudo, a noção de “guerra fria” pode ser entendida como “um período específico de conflito globalizado, no qual a ênfase está definida na confrontação militar e estratégica e no qual a negociação é mínima ou não existente” (Halliday, 1986: 9).

Segundo o historiador britânico Fred Halliday (1986), entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1986 (quando foi publicada a segunda edição do seu livro, mas na realidade este subperíodo prolonga-se até 1989, quando ocorreu a queda do Muro de Berlim e a virtual implosão do socialismo realmente existente no Leste europeu), um dos elementos definidores das relações internacionais teriam sido a competição, o processo de rebipolarização e a luta pela hegemonia mundial entre dois sistemas sociais liderados por Washington e Moscou, respectivamente. Na sua opinião, estes quarenta anos de história das relações internacionais poderiam ser divididos em quatro subperíodos que ele chama de: a) a Primeira Guerra Fria (1947-1953), b) o Antagonismo Oscilatório (1953-1969), c) a Détente (1969-1979), e d) a Segunda Guerra Fria (1979-1989).

Para os fins do presente estudo, parece ser extremamente importante ressaltar que Halliday e outros historiadores das relações internacionais –particularmente aqueles historiadores especializados na assim chamada Guerra Fria – tem aceito como útil e pertinente identificar o subperíodo 1979-1989 como uma unidade lógica e de análise qualitativamente diferente tanto frente à distensão ou *détente* que caracterizou o decênio de 1970, como frente a o que pode ser considerado como o interregno de unilateralidade hegemônica estadunidense que predominou na ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria, isto é, durante o decênio de 1990.²

Adicionalmente, parece pertinente distinguir, de um lado, o período ou contexto da Segunda Guerra Fria (1979-1989), e, de outro lado, as políticas exteriores – e, algumas vezes, as políticas internas – inspiradas ou influenciadas pela lógica da rebipolarização das relações globais. Em relação a isto último, a maioria dos – para

² Dito período pós-Segunda Guerra Fria, aparentemente, concluiu no dia 11 de setembro do 2001, com os dramáticos ataques –ditos– “terroristas” a duas importantes cidades estadunidenses (Washington e Nova York) e, posteriormente as campanhas militares encabeçadas pelos Estados Unidos contra o Afeganistão e o Iraque.

não dizer todos os – atores ou agentes estatais (e transnacionais) adotaram, de modo mais ou menos flexível, alguma das três posições básicas a seguir: a) afinidade ou simpatia para com as políticas de poder ou “internacionalismo (neo)conservador” das administrações dos Presidentes Ronald Reagan e George Bush; b) afinidade ou simpatia para com as políticas de poder ou “internacionalismo proletário” dos governos dirigidos pelos Secretários Gerais do PCUS Leonid Brézhnev, Yuri V. Andropov, Konstantin Chernenko e Mikhail Gorbachëv – e, no caso da América Latina e do Caribe, também do Primeiro Ministro cubano Fidel Castro –; e, c) as políticas externas de oposição frente às aspirações e pressões hegemônicas de ambas as superpotências – fazendo notar que isso foi o comum nas políticas externas do Brasil, do México, da República Popular da China, etc. Adicionalmente, sob a perspectiva teórica é possível prever uma quarta posição caracterizada por uma restrita neutralidade e equidistância frente ao conflito globalizado.

Vale sublinhar que as causas que deram origem à Segunda Guerra Fria são variadas. Dentre elas destacam as seguintes: (1) o declínio do poder econômico, político e militar dos Estados Unidos como consequência do fracasso na Segunda Guerra da Indochina ou Guerra do Vietnã e a crise de legitimidade gerada a partir do escândalo de Watergate, (2) o persistente incremento da capacidade estratégica e política dos soviéticos, (3) a surpreendente semi-aliança estratégica entre Washington e Beijing (com clara finalidade antisoviética), (4) a grave crise financeira mundial provocada pelos choques petrolíferos de 1973 e 1979 e a estagnação econômica nos países industrializados, (5) o fortalecimento do bloco dos países não-alinhados e “terceiro-mundistas”, particularmente dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), (6) o enfraquecimento da disciplina intrablocos, criando graves disputas entre países – teoricamente – aliados, (7) o aparente êxito da assim chamada Terceira Onda Revolucionária no Terceiro Mundo – que incluiu o triunfo de 14 processos revolucionários na África, Ásia e América Latina, entre 1974 e 1980 –, e (8) a ascensão do neoconservadorismo nos Estados Unidos e outros países ocidentais.

Tomando em consideração tais ponderações, convém agregar que a reação de Washington frente aos processos de “libertação nacional” no Terceiro Mundo – expressados nos triunfos da Terceira Onda Revolucionária – não demoraram. Tanto para as administrações Gerald Ford (1974-1977) e Jimmy Carter (1977-1981), como para a emergente e influente comunidade de políticos e ideólogos persuadidos pelo pensamento (neo)conservador (Ehrman, 1995; Podhoretz, 1980), as revoluções no

Terceiro Mundo eram – ou pareciam ser – inspiradas ideologicamente, financiadas e armadas diretamente por Moscou, o que não era necessariamente verdadeiro. Ainda assim, os políticos e intelectuais (neo)conservadores consideraram que os soviéticos tinham violentado o acordo tácito da distensão (ou *détente*).³ Portanto, haveria que se preparar para fazer frente a esta nova fase de “expansionismo” soviético sob a perspectiva Leste-Oeste (Podhoretz, 1980; Ehrman, 1995; Katsikas, 1982).

A intervenção militar soviética no Afeganistão terminou sendo, sob a perspectiva Ocidental, um ponto de inflexão nas relações Leste-Oeste e o detonante da Segunda Guerra Fria (Gelman, 1985; Podhoretz, 1980; Katsikas, 1982).

³ Sob a perspectiva de Washington, o acordo tácito da *détente* incluía a aceitação da paridade nuclear entre as superpotências, em troca da estabilidade e do não-incentivo de parte do Kremlin às atividades revolucionárias no Terceiro Mundo.

Em contraste, sob a perspectiva soviética, a tensão internacional que culminou com o “novo” período de Guerra Fria foi desencadeada pela decisão dos governos dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de incrementar os seus orçamentos de defesa e proceder à instalação de novos mísseis de alcance intermediário (Pershing II e Tomahawk) em vários países da Europa Ocidental (Gelman, 1985). Note-se que dita determinação foi dada a conhecer no dia 12 de dezembro de 1979 – isto é, alguns duas semanas antes da intervenção soviética no Afeganistão.⁴ No que diz respeito ao Afeganistão, o governo soviético argumentou que a intervenção do 27 de dezembro de 1979⁵ foi produto de uma petição urgente de Kabul, de caráter temporal e com a finalidade de sustentar um regime aliado ameaçado pelos conservadores movimentos contra-revolucionários de *Mujaheddin* – isto é, “guerreiros santos” islâmicos – apoiados financeiramente pelo Paquistão, China, Irã e outras nações islâmicas. O alarme no Ocidente deveu-se a que, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os soviéticos fizeram uso das suas forças de combate fora das fronteiras do Pacto de Varsóvia.

A Segunda Guerra Fria prolongou-se de 1979 a 1989. Naturalmente, o ambiente e as políticas de rebipolarização, confrontação e competição entre as superpotências não foram uniformes. De fato, é possível e pertinente identificar dois fases, uma de bipolaridade rígida (1979-1985) e outra de bipolaridade flexível (1985-1989).

A fase de bipolaridade rígida coincidiu, por um lado, com o último ano da administração Carter (1977-1981) e o primeiro período presidencial de Ronald Reagan (1981-1985); e, por outro lado, com a decadência da era do *Premier* Leonid Brézhnev (1964-1982) e dos sucessores imediatos, Yuri V. Andropov (1982-1984) e Konstantin Chernenko (1984-1985). Em termos gerais, a fase de bipolaridade rígida foi a de maior

⁴ Surpreendentemente, agora se sabe que tanto a decisão política do Kremlin que culminou com a intervenção militar soviética no Afeganistão, quanto a decisão dos membros da OTAN para aumentar os seus orçamentos de defesa e instalar mísseis de alcance intermediário em vários países da Europa Ocidental – com o propósito de restabelecer o aparente desequilíbrio estratégico no teatro europeu, provocado, segundo se argumentou em Bruxelas, pela instalação de missões soviéticas SS-20, desde 1977, em vários países do Pacto de Varsóvia – foram tomadas na mesma data, no dia 12 de dezembro de 1979.

⁵ Na realidade, durante todo o mês de dezembro de 1979, tropas soviéticas tinham sido transferidas para o Afeganistão de maneira mais ou menos encoberta. Em todo caso, foi no dia 27 de dezembro de 1979 que ocorreu o golpe de Estado que provocou a queda do Primeiro Ministro Hafizullah Amin, e a sua substituição pelo Babrak Karmal – que então era Embaixador do seu país em Praga. Simultaneamente, teve lugar a maciça penetração de tropas soviéticas no país da Ásia Central.

competição, conflito e tensão internacional.⁶ Note-se, ademais, que a fase de bipolaridade fléxivel da Segunda Guerra Fria coincidiu com o governo do Presidente João Figueiredo (1979-1989).

Entretanto, a fase de bipolaridade flexível coincidiu com um paulatino “desgelo” ou relaxamento de tensões entre as superpotências, favorecido pela implantação da *perestroika* e do “novo pensamento” na política exterior soviética dirigida pelo Secretário Geral Mikhail S. Gorbachëv (1985-1991), bem como o crescente pragmatismo do segundo governo do Presidente Ronald Reagan (1985-1989) e seu sucessor, George Bush (1989-1993). A fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria coincidiu, também, com o governo do Presidente José Sarney (1985-1990) e o início da administração do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Afirmar que uma das principais características da Segunda Guerra Fria foi a sua dimensão global implica, entre outras coisas, reconhecer que a lógica e as políticas inspiradas na tensão e competição Leste-Oeste terminaram provocando um impacto mais ou menos significativo nas relações internacionais na maior parte do planeta.

No âmbito político, a tensão internacional do decênio 1979-1989 pode ser estudada em dois níveis articulados. Por um lado, nas relações entre as próprias superpotências e suas respectivas alianças estratégicas (especialmente, a OTAN e o Pacto de Varsóvia). Por outro lado, nos conflitos regionais do Terceiro Mundo.

No que diz respeito às relações entre as superpotências, convém ressaltar que durante a fase de bipolaridade rígida destacou-se: (a) a vigorosa competição hegemônica em distintos foros internacionais; (b) a guerra de propaganda; (c) a revitalização da carreira de armamentos, incluindo o polêmico projeto estadunidense de defesa estratégica conhecido como “*Star War*”; (d) o mútuo boicote a eventos científicos, culturais e esportivos; (e) a paralisia nas negociações multilaterais e bilaterais, particularmente naquelas sobre controle e verificação de armas nucleares; e, (f) muito especialmente, a instalação de mortíferos mísseis de alcance intermediário no teatro europeu e no nordeste de Ásia. Tudo isso sugere que as relações entre Washington e Moscou realmente eram conflituosas e inclusive antagônicas. Durante a

⁶ Com certeza, 1983 pode ser considerado como um dos anos mais perigosos e dramáticos nas relações Leste-Oeste, desde a crises dos mísseis soviéticos em Cuba (em 1962). Aquele foi um ano que começou com o anúncio da “Iniciativa de Defesa Estratégica” dos Estados Unidos. Continuou com a queda de um avião civil de passageiros sul-coreano sobre o espaço aéreo soviético, a prolongada agonia do Secretário Geral Yuri V. Andropov, a invasão de Granada (outubro), os exercícios militares da OTAN (Able Archer 83), a instalação de modernos e mortíferos mísseis estadunidenses de alcance intermediário em vários países da Europa Ocidental, e finalizou com a ruptura das negociações soviético-estadunidenses sobre controle e verificação de armas nucleares. Sem esquecer a vigorosa guerra de propaganda e a retórica militarista que implantou-se em Washington e Moscou.

fase de bipolaridade flexível, as tensões entre as superpotências começaram a relaxar, permitindo, por exemplo, a paulatina reativação de negociações sobre assuntos estratégicos – como o controle de armas nucleares – e alguns avanços no âmbito econômico e comercial.

No mundo em desenvolvimento muitos conflitos sociopolíticos internos e internacionais preexistentes adquiriram a lógica Leste-Oeste quando as superpotências consideraram que intervir era conveniente para impulsionar os seus respectivos interesses estratégicos e/ou quando atores endógenos apelaram pela assistência de alguns dos blocos em competição. Deste modo, o viés ideológico socialismo-capitalismo transformou numerosos conflitos internos (e inclusive tribais) em sangrentos cenários da Segunda Guerra Fria. Surge, assim, a noção de conflito regional no Terceiro Mundo.⁷

Dentre os conflitos regionais no Terceiro Mundo mais importantes, no contexto global da Segunda Guerra Fria, vale ressaltar os seguintes: (a) na América Central (Nicarágua, El Salvador, Guatemala, e com repercussões mais ou menos significativas em Granada, Cuba, Suriname, Colômbia, etc.), (b) na África Austral (Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zaire, etc.), (c) no noroeste da África (Saara Ocidental, Marrocos, Argélia, etc.), (d) no chamado chifre da África (Etiópia, Somália, etc.), (e) na Indochina (Camboja, Vietnam, China Tailândia, etc., também conhecida como a Terceira Guerra da Indochina), (f) na Ásia Central (Afeganistão, URSS, Irã, Paquistão, China, etc.); e, até certo ponto, (g) no nordeste da Ásia (península coreana) e (h) no Oriente Médio (conflito palestino-israelita, Líbano, Líbia, guerra Irã-Iraque, etc.).

No âmbito econômico, a lógica do conflito Leste-Oeste expressou-se na intensificação das divergências entre doutrinas de economia política e a propaganda dos respectivos modelos de desenvolvimento econômico e social. Por um lado, Washington, Londres e alguns dos mais importantes organismos financeiros

⁷ O termo conflito regional no Terceiro Mundo é utilizado neste estudo para referir-se a uma situação de aguda tensão e conflito armado gerado pela interação complexa entre fatores locais (e sub-regionais), por um lado, e influências, aspirações e pressões hegemônicas extra-regionais, por outro. Sendo que a interação entre pressões endógenas e exógenas ameaçou comprometer o envolvimento das duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética, seja direta ou indiretamente (através dos seus respectivos aliados). Note-se, assim, a expressiva importância da lógica e das políticas inspiradas na confrontação, competição e tensão próprias da bipolaridade estratégica, política, econômica e ideológica, isto é, a lógica da Segunda Guerra Fria, que dominou a evolução da sociedade internacional entre 1979 e 1989. Portanto, um conflito regional supõe (ou supôs durante o decênio de 1980) a “internacionalização” ou “globalização” de uma crise local ou subregional, através da articulação de fatores essencialmente endógenos com pressões e aspirações hegemônicas de potências continentais e globais.

internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial) promoviam a implementação de economias liberais de mercado (Feinberg, 1983; Bitar, 1988; Bitar, 1984). Entretanto, Moscou e outros países socialistas destacavam as virtudes da economia de planificação centralizada com amplo predomínio do setor público.

Vale agregar que o conhecido modelo cepalino de industrialização pela substituição de importações e chamado de “desenvolvimento para dentro” – utilizado, desde o decênio de 1930, em alguns países da América Latina e do Caribe para promover a industrialização e o crescimento econômico – também foi objeto da disputa ideológica (Bulmer-Thomas, 1998). Por um lado, o modelo cepalino era positivamente avaliado pelos soviéticos, pois consideravam-no como um exemplo de modelo de desenvolvimento dirigido pelo Estado. Em contraste, o mesmo modelo foi duramente questionado por economistas e políticos de orientação neoliberal inspirados nos trabalhos teóricos de Friedrich von Hayek, Milton Friedman e Michael Novak, nos chamados *Reaganomics* e, muito particularmente, no chamado Consenso de Washington – surgido a começos do decênio de 1980, para enfrentar a grave crise da dívida externa latino-americana sob a perspectiva do modelo de economia liberal de mercado. Portanto, trata-se de uma versão estilizada da conhecida dicotomia Estado-Mercado que, desde então, dominou grande parte do debate sobre economia política na América Latina e no Caribe (Feinberg, 1983; Cano, 2000; Bitar, 1984; Bitar, 1988; CEPAL, 2002).

No âmbito ideológico, a competição Leste-Oeste foi particularmente intensa e perturbadora. De um lado, o Presidente Reagan autoproclamava-se o abandeirado da democratização do mundo e, ao mesmo tempo, qualificava o regime soviético como totalitário e inclusive, de modo um tanto maniqueísta, também como o Império do Mal. De outro, as lideranças soviéticas – fundamentadas nos tradicionais textos marxistas – afirmavam que, apesar da agressividade do (aparentemente) declinante imperialismo estadunidense, a “correlação de forças” no mundo inclinava-se inexoravelmente em favor do socialismo, em função das assim chamadas “leis da história”, dos avanços tecnológicos da União Soviética e dos processos de libertação nacional no Terceiro Mundo. A partir de 1985, o Secretário Geral Mikhail S. Gorbachëv deu-se a tarefa de implementar uma série de reformas políticas e econômicas orientadas a fortalecer à declinante economia soviética, mas também a continuar promovendo a utopia socialista.

No âmbito estratégico, Washington e Moscou deram-se a tarefa de modernizar, reforçar e disciplinar as respectivas alianças estratégicas e acordos militares com

aliados no Terceiro Mundo. Para vários autores, os intentos das superpotências para (re)impor a hegemonia em tais pactos militares (particularmente, a OTAN e o Pacto de Varsóvia) provocou não poucos conflitos Oeste-Oeste e Leste-Leste. Paralelamente, parece importante destacar que, com exceção da infame invasão a Granada (25 de outubro de 1983), não houve intervenção militar direta de uma superpotência contra um aliado da outra superpotência.⁸ Esta não é uma constatação menor dado que – apesar das graves tensões globais – ambas as potências conseguiram evitar que os numerosos conflitos regionais se transformassem em escaladas que eventualmente pudessem desembocar num assustador e dramático holocausto nuclear.

Convém agregar que, no final do decênio de 1980, ocorreram importantíssimas mutações estratégicas – com destaque para a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha (Moniz Bandeira, 2001) – que marcaram o esgotamento total da aliança militar imposta pelos soviéticos na Europa Oriental e um evidente enfraquecimento do poder e da posição da União Soviética (e logo, da Rússia) no sistema internacional. Ao menos no teatro europeu, a queda do muro de Berlim e a posterior implosão do socialismo realmente existente no Leste europeu terminou marcando o fim da Segunda Guerra Fria e a abertura de um novo período na história das relações internacionais contemporâneas (Castañeda, 1996; Chomsky, 2003; Ullman, 1996; Moniz Bandeira, 2003). Porém, parece importante ressaltar que no caso de alguns conflitos regionais no Terceiro Mundo, a queda do Muro de Berlim não implicou automática ou necessariamente os seus respectivos esgotamentos, senão, uma oportunidade para se conseguir alcançar acordos políticos relativamente satisfatórios para todas as partes.

Finalmente, vale destacar que a América Latina, em geral, e a bacia do Caribe, em particular, também foi um cenário importante sob a perspectiva da história da Segunda Guerra Fria. Os conflitos inspirados na lógica e nas políticas da Segunda Guerra Fria foram muito evidentes na Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Granada, e em menor medida e com outras características em Cuba, em Honduras, no Peru, na Costa Rica, no México, no Suriname, no Brasil, na Guiana, na Colômbia, na Venezuela, na Jamaica, no Chile, na Argentina, etc.

Possivelmente o mais expressivo da reação das nações latino-americanas e caribenhas frente às – perturbadoras, antijurídicas e imorais – aspirações e pressões

⁸ Ainda assim, as estratégias de “conflito de baixa intensidade”, implementadas por Washington – e inspiradas na assim chamada “doutrina Reagan” – contra regimes considerados marxista-leninista (Nicarágua, Camboja, Angola, Moçambique, Afeganistão) erigeram-se em verdadeiras e ilegais agressões indiretas contra ditos Estados (Carpenter, 1986; Chomsky, 2003; Chomsky, 2002; Burns, 1987; Gleijeses, 1986).

hegemônicas das superpotências fosse a resistência e oposição às mesmas, bem como a revitalização do diálogo e da solidariedade intra-regional. Particularmente importante terminou sendo a criação de mecanismos de consulta e concertação política exclusivamente latino-americanos e caribenhos, tais como o Grupo de Contadora, o Grupo de Apoio a Contadora, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política ou Grupo do Rio (GRIO), etc. Sem esquecer que tais foros diplomáticos surgiram, entre outras razões, para procurar uma saída política, justa, equilibrada e duradoura para o conflito regional na América Central (Frohmann, 1990).

Finalmente, no tocante às perspectivas teórico-metodológicas a partir das quais é possível aproximar-se aos problemas de estudo próprios da Segunda Guerra Fria é possível destacar as seguintes: (a) a doutrina da contenção do expansionismo soviético, (b) a doutrina do imperialismo, (c) as teorias das superpotências ou do conflito Norte-Sul, (d) a teoria dos conflitos Leste-Leste e Oeste-Oeste, e (e) a teoria do controle de armamentos.

Nessa linha, é possível constatar a existência de um conjunto posições teórico-metodológicas – ou “paradigmas”, no sentido kuhniano do termo – a partir dos quais é possível aproximar-se dos problemas e desafios de investigação e do debate acadêmico específico sobre a problemática colocada pela história da Segunda Guerra Fria. Analisar estes e outros paradigmas sob a perspectiva da idéia de matriz disciplinar – entendida como campo de tensão epistêmica entre paradigmas ativos, verificáveis e em competição – é pertinente, na medida que cada uma das posições teórico-metodológicas permite apreciar parcialmente a complexidade dos problemas de investigação próprios desta riquíssima temática. Note-se ainda que a teoria das superpotências ou do conflito Norte-Sul é particularmente influente neste estudo.

3. O Brasil do governo Figueiredo e a fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria (1979-1985)

Existe pouca literatura especializada sobre a política externa brasileira durante o governo do Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo e, menos ainda, sobre a posição do Brasil frente ao ambiente da Guerra Fria que predominou no sistema internacional entre 1979 e 1989. Em outras palavras, existe pouca literatura especializada sobre a posição do Brasil frente à Segunda Guerra Fria. Em compensação, existem numerosas fontes primárias que permitem construir conhecimento histórico sobre estas e outras temáticas afins, entre elas, a política

externa global do Brasil e a política brasileira frente ao conflito regional na América Central – ambos durante a fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria (1979-1985).

Como dito, uma opção para compreender e interpretar a posição do Brasil frente à Segunda Guerra Fria é analisar as declarações das autoridades governamentais, em geral, e dos funcionários do Itamaraty, em particular. Afortunadamente, os Chanceleres Ramiro Saraiva Guerreiro, Roberto de Abreu Sodré e Francisco Rezek pronunciaram um conjunto de nove conferências sobre política externa global brasileira na Escola Superior de Guerra (ESG). Tais conferências permitem apreciar a lógica da diplomacia e oferecem dados que podem servir como base para aproximar-se da evolução da política externa global do Brasil durante o decênio de 1980, quer dizer, durante os perturbadores e complexos anos da Segunda Guerra Fria.

Convém ressaltar que os textos das conferências caracterizam-se pela sua veracidade, validade e confiabilidade – apesar do seu propósito inicial não ser servir como fonte de pesquisa histórica, social ou política. Ditos textos também se caracterizam pela sua adequada consistência interna, regular frequência, elevado nível de reflexão (devido ao alto grau de instrução do conferencista e de seu auditório), espontaneidade e a possibilidade de estabelecer comparações temáticas no tempo. Em suma, parece evidente que as conferências, sim, refletem as linhas gerais da política externa global do Brasil durante o período em questão. Note-se, por exemplo, que o Chanceler Saraiva Guerreiro, na sua última conferência, manifestou que: “tomadas em conjunto, [as conferências pronunciadas entre 1979 e 1984] espelham a evolução conceitual coerente de nossa diplomacia e apresentam a síntese das atividades de política externa no Governo Figueiredo.”⁹

A primeira conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na ESG teve lugar no dia 13 de julho de 1979. Nessa oportunidade, o Ministro afirmou que o sistema internacional estava experimentando importantes e rápidas transformações, tanto no âmbito político (declínio da distensão ou *détente*) como econômico (tensões no sistema financeiro internacional, segundo choque petrolífero, etc.).

No âmbito político, ou mais exatamente no tocante à situação das relações internacionais sob a perspectiva Leste-Oeste, que é o que interessa destacar para os fins do presente estudo, o Chanceler analisou detalhadamente o processo de distensão

⁹ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 42, pp. 75-128.

que caracterizou, até certo ponto, as relações internacionais globais durante parte do decênio de 1970. Na sua opinião, a *détente* era “um código de conduta e moderação para o comportamento internacional das Superpotências.”¹⁰ Para o conferencista, o processo de distensão apresentava como rasgo positivo o relaxamento das tensões entre as superpotências, a negociação sobre controle, redução e verificação de armas nucleares, a cooperação e tolerância mútua, etc.

No entanto, a distensão era (ou parecia ser) “um processo que infelizmente nunca se completa [...] porque não permite gerar, a nível mundial, mecanismos efetivos e de participação ampla, que sirvam realmente ao esforço de fortalecimento da segurança mundial.”¹¹ Ademais, a distensão entre superpotências – tacitamente – suponha entendimentos entre Washington e Moscou que seriam (ou poderiam ser) insatisfatórios para países como o Brasil. Em tais acordos tácitos entre as superpotências ressaltaria-se a tendência a “um certo congelamento de esferas de influências hegemônicas”, o fortalecimento de “atores transnacionais”, e/ou a possibilidade do “emprego internacional da força” nas supostas áreas de influência hegemônica. “Por isso tudo, a *détente*, é, ainda, insatisfatória”, ponderou o Chanceler.¹²

Ainda assim, a impressão que o Chanceler Saraiva Guerreiro provoca é que o processo de distensão ou *détente*, apesar das suas limitações e contradições, era positivo e benéfico para a inserção internacional do Brasil. Nesse contexto, as premissas doutrinárias da política externa brasileira seriam a luta pela paz sobre a base do Direito Internacional e pelo desenvolvimento econômico e social. No caso específico do governo do Presidente Figueiredo, as linhas básicas da política externa seriam o “universalismo”, a “dignidade nacional” e a “boa convivência” entre Estados (Vizentini, 1998; Moniz Bandeira, 1999; Cervo e Bueno, 2003).

Em suma, o mais importante a ser resgatado da primeira conferência é, tendo em vista o conflito Leste-Oeste, que as relações internacionais, ou mais exatamente, as relações entre as superpotências, caracterizavam-se por um – declinante – período de distensão, de negociação e de acordos. Apesar de algumas limitações práticas, parece óbvio que a *détente* era ou parecia ser favorável às aspirações da diplomacia brasileira no seu esforço por transformar a inserção internacional do país.

¹⁰ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1979”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 22, pp. 23-32. Veja-se Saraiva (1997), Katsikas (1982) e Gelman (1985).

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

A constatação do declínio da distensão e o surgimento da Segunda Guerra Fria foi um processo um tanto ambíguo para a diplomacia brasileira. Na segunda conferência, levada a cabo no dia 5 de setembro de 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro reconheceu que estavam ocorrendo significativas mutações no sistema internacional, particularmente no que diz respeito ao incremento das tensões regionais na Europa, Oriente Médio, Sudeste da Ásia, África Austral e América Central. Também, notou-se, com preocupação, as crescentes dificuldades para negociar e para evitar o uso da força ou as ações unilaterais das superpotências. Contudo, no meio das crescentes tensões globais, o Chanceler Saraiva Guerreiro sugeriu aos participantes da conferência que o processo de distensão ainda estaria ativo, porém seria cada vez menos efetivo.¹³

Outra das principais preocupações do Ministro era a crescente dificuldade dos países do Terceiro Mundo em debater os problemas mundiais sob o ângulo do diálogo Norte-Sul – como tinha sido usual ou ao menos uma possibilidade aberta, durante a década anterior. A paralisia do diálogo e a cooperação entre países industrializados e em desenvolvimento era muito grave dado que, segundo o conferencista: “a estrutura internacional cristaliza estratificações indesejadas e se perpetua em termos de poder.”¹⁴ De fato, a tendência dos países industrializados em reunirem-se em pequenos grupos, tais como o G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), e a decrescente atenção aos problemas do Sul, poderiam congelar as desigualdades internacionais, restringir a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões sobre assuntos de interesse global e, pior ainda, estariam estimulando o ressurgimento de – imorais – “vocações hegemônicas.”¹⁵

Para os fins da presente pesquisa, a constatação do ressurgimento de tais “vocações hegemônicas” nas políticas exteriores das superpotências é sumamente importante. Entre outras razões, porque trata-se de sintomas característicos da nova conjuntura internacional, no começo dos anos oitenta. Para o Ministro Saraiva Guerreiro, ditas “vocações hegemônicas” refletiram-se na tendência das grandes potências a tomarem decisões unilaterais – as que, por sua vez, afetariam negativamente as normas do Direito Internacional e a correta convivência entre Estados soberanos.

¹³ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, pronunciada em 5 de setembro de 1980, na Escola Superior de Guerra”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 26, pp. 41-52.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

Em outras palavras, a diplomacia e o Direito Internacional, especialmente o relacionado com o devido respeito ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, estariam sendo indevidamente substituídos pela força ou pela ideologia. Apesar de não citar exemplos concretos, o Ministro deixou claro que o ressurgimento de tais condutas nas políticas exteriores das grandes potências seriam sintomas característicos de um novo processo de competição, tensão e confrontação no sentido Leste-Oeste. Isso, sem esquecer que os Estados mais prejudicados seriam, precisamente, os Estados mais fracos e vulneráveis.

Em suma, na sua conferência de setembro de 1980, o Ministro Saraiva Guerreiro reconheceu a emergência de uma conjuntura internacional caracterizada pela crescente tensão no sentido Leste-Oeste, a declinação do diálogo Norte-Sul, a paralisia da diplomacia multilateral global, a preocupante evolução das tensões regionais, etc. Todos eles, sintomas próprios do surgimento da fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria.

Um ano depois, a conjuntura internacional tinha se modificado substancialmente. Em janeiro de 1981, o Presidente Reagan iniciou o seu mandato com o propósito de reconstruir a hegemonia e a liderança econômica, política e estratégica dos Estados Unidos no mundo. A partir de 1981, estava claro que as superpotências tinham se lançado, abertamente, num novo período de competição, tensão e confrontação pelo poder hegemônico mundial. Isso, através de uma custosa competição armamentista e de transferência das disputas políticas e ideológicas a diferentes “teatros de operações”, sobretudo no Terceiro Mundo. Consequentemente, a agudização do conflito Leste-Oeste tendeu a eclipsar as temáticas próprias do diálogo Norte-Sul. Nesse contexto, realizou-se, no dia 4 de setembro de 1981, a terceira conferência do Ministro Saraiva Guerreiro na ESG. Dito discurso foi especialmente importante já que aí foi introduzida a noção de rebipolarização das relações internacionais.

A noção de rebipolarização sugere que durante o decênio de 1980 teve lugar uma renovação ou revitalização das alianças políticas e dos blocos ideológicos antagônicos, assim como o reforço das dependências verticais erigidas a partir de Washington e de Moscou até os mais humildes camponeses e pastores na Camboja, Angola, Nicarágua ou Afeganistão (Carpenter, 1986; Shulman, 1986; Schoultz, 1987). A noção rebipolarização supõe, assim, o retorno à dicotomia amigo-inimigo, ao jogo de “soma zero” ou, mais exatamente, à imagem do “tabuleiro de xadrez”, onde existem somente duas posições antagônicas, que são – aliás – conduzidas por e em benefício

das próprias superpotências. Nesse sentido, os “amigos” dever-se-iam transformar em aliados obedientes, “satélites” ou peças do xadrez da competição hegemônica global.¹⁶

Obviamente, o Ministro Saraiva Guerreiro questionou dito processo de rebipolarização, devido, entre outras razões:

- 1) à pretensão de “reforçar alinhamentos”, mediante a revitalização de alianças e blocos e a reafirmação de dependências verticais. Em consequência, “Substitui-se a idéia de comunidade internacional pela dicotomia amigo-inimigo, onde o próprio conceito de amizade passa a ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-lo à de aliado dócil, ou satélite.”¹⁷
- 2) à sua natureza hegemônica, na medida em que: “Ressurgem, às vezes sutilmente, os conceitos de zonas de influência e áreas de interesse vital, pelas quais os diferentes países são vistos como peças homogêneas de um jogo de poder, expostos às estratégias divergentes dos contendores, sem que seus interesses próprios sejam considerados com seriedade”;¹⁸
- 3) à “transferência mais ou menos dramática das tensões Leste-Oeste para ‘teatros de operação’ nos países em desenvolvimento, como a tentar demonstrar que estes países não tem opções próprias mas apenas a de vincular-se, subalternamente, a um ‘protetor’”;¹⁹
- 4) à “satelização” dos Estados do Terceiro Mundo e a exploração irracional dos seus recursos naturais em benefício quase que exclusivo das grandes potências, “sem levar em conta os interesses próprios dos países produtores, seja em termos políticos, seja em termos de sua própria segurança”;²⁰ e,
- 5) a revitalização do conflito Leste-Oeste além de não atender aos problemas centrais do Terceiro Mundo – paz, igualdade, justiça, desenvolvimento, etc. –, também colocava em grave risco a própria sobrevivência da espécie humana em todo o planeta, dado que um eventual holocausto nuclear provocaria a extinção da humanidade como se conhece na atualidade (Thompson, 1985).

¹⁶ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1981”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 30, pp. 97-109. Note-se que a noção de rebipolarização, colocada pelo Chanceler Saraiva Guerreiro (em 1981), alude às graves tensões entre as superpotências e seus aliados. Nesse sentido, a noção de rebipolarização é coerente e plenamente articulável com a proposta central de Fred Halliday (1986) sobre o surgimento de um “novo” ou “segundo” período de Guerra Fria na história das relações internacionais contemporâneas.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

Para o Chanceler Saraiva Guerreiro, ambas as superpotências equivocar-se-iam ao acreditar que “a superioridade militar pode assegurar lealdades”.²¹ O Brasil, por exemplo, um país que identificava-se, simultaneamente, com os ideais e valores do Ocidente e com as aspirações de desenvolvimento econômico e social do Terceiro Mundo, resistiria ao processo de rebipolarização. Isso, na medida em que: “Os povos independentes, e sobretudo aqueles que têm consciência plena do imperativo de seu desenvolvimento, resistem naturalmente à restrição de sua capacidade própria de atuação e ressentem-se de esquemas totalizantes que lhes atribuam papéis derivados ou secundários.”²²

A rejeição do Brasil “à restrição de sua capacidade própria de atuação” e a oposição frente a adoção forçada de “papéis derivados ou secundários” é sumamente relevante. Uma análise mais detalhada da conferência sugere que a diplomacia brasileira questionaria a lógica da rebipolarização pelo seu negativo impacto no diálogo Norte-Sul, bem como pela transferência das tensões Leste-Oeste para “teatros de operações” – ou conflitos regionais – na Ásia, na África e na América Latina e no Caribe. Também, pela ameaça que tais políticas globais representavam com relação à progressiva redução da margem de manobra político-diplomática que o Brasil e outros países em desenvolvimento tinham conseguido alcançar durante a década de 1970 – especificamente, durante o governo do general Ernesto Geisel.

Em outras palavras, parece evidente que o processo de ampliação da margem de manobra política e a “diversificação de interesses” que a situação de distensão (ou *détente*) tinha oferecido a certos países em desenvolvimento com alta potencialidade econômica, política e estratégica, e, ao mesmo tempo, decididos a modificar a sua inserção no sistema internacional, como foi o caso do Brasil, estava gravemente ameaçado pela lógica do disciplinamento e/ou dos (re)alinhamentos automáticos ou verticais que as superpotências demandavam dos seus respectivos aliados, “satélites” ou clientes no Terceiro Mundo. Por essas e outras razões, o Chanceler Saraiva Guerreiro terminou afirmando, categoricamente, que “A manutenção das atuais condições internacionais nos é nociva.”²³

Sob essa perspectiva, apresentam-se vários problemas políticos, estratégicos e teóricos. Por um lado, o governo do Brasil reafirmou a sua adesão aos valores e ideais do Ocidente; porém, não ao reconhecimento da hegemonia, disciplinamento, tutela,

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

“satelitização” ou alinhamento automático do país em benefício das prioridades da potência dominante do Ocidente (os Estados Unidos) – no contexto da competição, tensão e confrontação global do Ocidente frente à comunidade socialista. Nesse sentido, o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro argumentou que seria:

um contra-senso pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional, seja no internacional. A legitimidade e a própria racionalidade da ordem ocidental repousam no consentimento livre dos membros da sociedade, em sua participação franca nos processos decisórios e no respeito às divergências de opinião entre eles. É essa a medida de nossa identificação como país ocidental. E são essas as bases que melhor se adaptam à natureza da sociedade internacional.²⁴

Ao mesmo tempo, deve ter-se presente que a diplomacia brasileira continuava identificando-se com as aspirações de cooperação e desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Também, com a continuidade do diálogo Norte-Sul, apesar de as potências hegemônicas inclusive colocarem em dúvida a validade da noção “Sul”, argumentando que dito conceito não conseguia refletir a diversidade de realidades econômicas, políticas e sociais que experimentavam os países da região Ásia-Pacífico, da África e da América Latina e o Caribe.

Contudo, ditos questionamentos teóricos o Ministro Saraiva Guerreiro sugeriu a necessidade de defender a concepção e a racionalidade inerente ao diálogo Norte-Sul, supondo que a integração na economia mundial gerava pressões que afetavam positiva ou negativamente o progresso de todos os atores do sistema capitalista. Por tal razão, para o Ministro: “A resolução dos grandes problemas econômicos internacionais é fundamental não só para os países em desenvolvimento, senão também para os desenvolvidos. A cooperação econômica internacional organizada nesse sentido não é ato de benemerência, mas de lucidez.”²⁵

Como poderiam ou deveriam solucionar-se as tensões internacionais provocadas pelo processo de rebipolarização? Na opinião do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, o processo de rebipolarização deveria ser reconhecido como um “fato de natureza transitória”. Isso, levando em conta que: “a confrontação não convém à grande maioria das nações, mas sobretudo porque o processo de diversificação de interesses já avançou tanto no plano internacional que não parece que o mecanismo

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

simplificador representado pela confrontação possa subsistir, sem que as tendências no sentido de moderação e de composição logo se reafirmem.”²⁶

Em conseqüência, o melhor procedimento para solucionar as tensões mundiais provocadas pela competição e pelo conflito Leste-Oeste deveriam ser o “aperfeiçoamento da boa convivência”²⁷ entre Estados soberanos. Dita “boa convivência”, por sua vez, fundamentar-se-ia sobre a base dos princípios básicos do Direito Internacional, isto é, o reconhecimento da igualdade soberana dos Estados, a não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, a auto-determinação dos povos, a solução pacífica das controvérsias, o não uso da força, o respeito aos tratados internacionais, etc. Paralelamente, quatro tarefas deveriam ser realizadas para retornar às relações internacionais harmônicas e pacíficas: a) deter a competição armamentista, sobretudo de armas nucleares, b) resolver as verdadeiras causas dos conflitos regionais no Terceiro Mundo, através da diplomacia, c) corrigir as desigualdades econômicas, políticas e sociais que afetavam negativamente o sistema internacional, e d) recriar uma expectativa otimista da humanidade.²⁸

A quarta conferência do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra (ESG) levou-se a cabo no dia 3 de setembro de 1982, num contexto econômico e político extremamente complexo. Para o Ministro tratava-se de uma “conjuntura internacional, cuja gravidade é inigualada há mais de uma geração.”²⁹

Aos já complexos problemas políticos e estratégicos provocados ou agudizados pela “bipolarização” – competição armamentista, conflitos regionais no Terceiro Mundo, guerra de propaganda, etc. –, agregou-se uma grave crise econômica que afetou em diferente grau a muitas – por não dizer, todas – as economias do mundo, particularmente às economias mais vulneráveis ou dependentes do Terceiro Mundo.³⁰ Na América Latina e no Caribe a situação também era dramática. No âmbito político e estratégico, o conflito regional na América Central e a derrota argentina na breve – porém, decisiva – guerra das Malvinas provocavam substanciais mutações no sistema interamericano. Entretanto, no âmbito econômico, o anúncio da moratória mexicana, em agosto de 1982, conduziu não só à nefasta crise da dívida externa, senão também ao início do que mais tarde chamou-se de a primeira “década perdida” no

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1982”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 34, pp. 67-82.

³⁰ Bulmer-Thomas (1998), Cano (2000) e Cardoso e Helwege (1992).

desenvolvimento econômico e social do subcontinente (CEPAL, 1990; CEPAL, 1992; CEPAL, 2002).

Como é natural, os assuntos econômicos ocuparam a atenção do Ministro na sua exposição da conjuntura internacional e da política externa brasileira. Na sua opinião, a crise econômica internacional era causada pela tendência à estagnação do ritmo de atividade da economia global (particularmente das economias industrializadas do Ocidente), à recessão nos Estados Unidos, ao processo inflacionário mundial, à variação nas taxas de juros dos créditos internacionais, etc.

Segundo o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, o Brasil, apesar da crise econômica mundial, continuaria apostando na cooperação internacional para conseguir uma maior igualdade ou um melhor equilíbrio entre os países do Norte e do Sul.³¹ Também destacou que, na última década, o país tinha modificado significativamente a estrutura das suas exportações (com destaque para a crescente preponderância das manufaturas) e o destino das mesmas (com abertura ou penetração em novos mercados).

Contudo, o Ministro lamentou que a crise econômica mundial postergasse ou frustrasse definitivamente as decisões tomadas na reunião cimeira de Presidentes sobre o desenvolvimento, levada a cabo na cidade mexicana de Cancún, nos dias 22 e 23 de outubro de 1981 (Feinberg, 1983).³² Em relação à crítica situação financeira do Brasil, o Chanceler manifestou-se contrário à aplicação de políticas econômicas ortodoxas, próprias do assim chamado Consenso de Washington, que desde então incluíam: a desvalorização da moeda, certas restrições ao crédito, a eliminação de subsídios à produção, a liberação de preços, a repressão de salários, a redução do déficit público, a redução da inflação, a flexibilização das relações trabalhistas, etc.

De fato, o Chanceler Saraiva Guerreiro terminou afirmando que: "Não concordamos, ainda, com a tese de que as forças do mercado, por si sós, serão capazes de promover a recuperação econômica, primeiramente a nível nacional e, em seguida e em consequência, a nível universal."³³

³¹ Ramiro Saraiva Guerreiro, "Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1982", *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 34, pp. 67-82.

³² "Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, em 22 de outubro de 1981, por ocasião da reunião internacional sobre cooperação e desenvolvimento, em Cancún", *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 31, pp. 17-21.

³³ Ramiro Saraiva Guerreiro, "Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1982", *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 34, pp. 67-82. Veja-se, também, Bitar (1988, 1984) e Feinberg (1983).

Note-se que a oposição das autoridades do Itamaraty frente à implementação de políticas econômicas de cunho neoliberal, inspiradas nas recomendações dos organismos financeiros internacionais, terminou sendo uma constante durante o resto da década. Em contraste, as autoridades econômicas e financeiras do governo do Presidente Figueiredo tenderam a manifestar uma posição mais favorável com relação às reformas econômicas, particularmente no que diz respeito ao tratamento da crise provocada pelo maciço endividamento externo do país.

A divergência de opinião entre autoridades diplomáticas e econômicas no que diz respeito à necessidade, às condições e às possibilidades de aplicação, no Brasil, das políticas econômicas e sociais inspiradas no Consenso de Washington deu origem a um interessante caso de disputa interburocrática que não é possível tratar com o necessário detalhe no presente trabalho, mas que, em termos gerais, foi resolvida a favor das prioridades, visões e propostas dos segundos.

No âmbito político, e mais especificamente em relação à rebipolarização no contexto da Segunda Guerra Fria, quatro aspectos da quarta conferência merecem especial consideração. Em primeiro lugar, o Chanceler Saraiva Guerreiro identificou – pontualmente – quatro tópicos que, sob a perspectiva brasileira, eram os responsáveis por dito processo de rebipolarização das relações internacionais no contexto global. Tais tópicos foram, segundo o conferencista: “a corrida armamentista, a persistência das desigualdades econômicas, o enraizamento dos conflitos regionais e, além disso, como apontamos, a fragilidade dos mecanismos de encaminhamento, ao nível adequado, dos diversos focos de dificuldades. Está também identificado o panorama sombrio que se pode antever, caso não sejam atacados de imediato esses focos.”³⁴

Um segundo aspecto a ressaltar era a necessidade de buscar saídas negociadas, e não de força, para os conflitos regionais no Terceiro Mundo – América Central, África Austral, Ásia Central, Sudoeste de Ásia, etc. –, agudizados pelo intervencionismo e pelas pressões e aspirações hegemônicas regionais e globais das superpotências. Com esse fim, seria necessário um “comportamento responsável”³⁵ das superpotências. Tal “comportamento responsável” dever-se-ia caracterizar pela:

disposição de negociar, pela compreensão dos interesses alheios e por uma visão fortemente disposta ao diálogo. Em suma, num comportamento que se meça pela capacidade de responder também pelos interesses mais gerais da humanidade, não através dos objetivos de dominação e de condicionamento do comportamento alheio, mas através da aceitação de

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

que a boa ordem parte de uma compreensão adequada das necessidades diferenciadas de cada povo, de cada nação.³⁶

Em terceiro lugar, o Ministro reiterou a adesão do governo do Brasil aos valores e ideais do Ocidente. Porém, rejeitando “predominâncias e subordinações” com relação à potência hegemônica do Ocidente (os Estados Unidos). Note-se que para o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro era “necessário que todos os países ocidentais se alinhem com os valores ocidentais permanentes, o que exclui alinhamentos automáticos com comportamentos individuais que nem sempre os expressam”.³⁷

Em outras palavras, tratava-se de destacar que o Brasil continuava fazendo parte do Ocidente, mas nem por isso deveria acatar os desígnios de Washington ou outros centros hegemônicos de dita comunidade imaginada de valores. E não só isso. Também, que o Brasil rejeitava a pretensão de exclusiva gestão do que poderia chamar-se de “patrimônio ocidental comum” por parte dos Estados Unidos e de nações da Europa. Isto supõe o surgimento de uma idéia fragmentada dos valores ocidentais, na qual os brasileiros poderiam e deveriam participar com a mesma legitimidade, propriedade e intensidade que outros integrantes dessa comunidade imaginada.

E, quarto, apesar de ser um país ocidental, o Brasil não se alinharia com a cruzada anticomunista de Washington, no contexto da Segunda Guerra Fria (Moniz Bandeira, 1999). Nesse sentido, a política externa global do Brasil caracterizou-se pelo que poderia chamar-se – a falta de um melhor término –, de “neutralidade ativa”. Isto é, uma neutralidade que se empenhou em evitar a transferência da lógica Leste-Oeste para a América Latina e o Caribe, ou, mais especificamente para a América do Sul. Uma neutralidade que apoiasse a saída negociada para conflitos regionais, particularmente para os conflitos regionais na América Central e na África Austral. Uma neutralidade que fortalecesse os mecanismos de diplomacia multilateral (ONU, OEA, etc.). Paralelamente, o Ministro reconheceu que os meios e instrumentos diplomáticos a disposição dos formuladores da política externa brasileira eram bastante limitados e discretos.

Na quinta conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), realizada no dia 25 de maio de 1983,³⁸ o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro analisou, detalhadamente, os

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Tenha-se presente que 1983 foi um ano dramático nas relações Leste-Oeste. Aquele foi um ano que começou com o anúncio da Iniciativa de Defesa Estratégica – também conhecido como “*Star Wars*” – dos Estados Unidos. Continuou com a derrubada de um avião de passageiros sul-coreano sobre o espaço aéreo soviético, a prolongada agonia do Secretário Geral do PCUS Yuri V. Andropov, a invasão de Granada, os exercícios militares da OTAN (Able Acher

aspectos econômicos da crise e as suas implicações para o Brasil. No entanto, também abordou alguns aspectos da posição do Itamaraty em relação à fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria. Enfaticamente, o Chanceler destacou que: “Hoje, a agenda internacional está congestionada por tensões e confrontações políticas em quase todos os continentes, devido a problemas do confronto global entre as superpotências, bem como por questões locais que acabam atraindo esses confrontos com óbvio prejuízo para todos os pequenos atores envolvidos nessas questões.”³⁹

Para o Ministro, o conflito global entre as superpotências e os conflitos regionais no Terceiro Mundo, ambos no contexto da Segunda Guerra Fria, seriam agudizados por uma série de “vícios de raciocínio”⁴⁰ dos grupos dirigentes em Washington, Moscou e outras capitais. Entre tais “vícios de raciocínio”, o Chanceler Saraiva Guerreiro destacou os seguintes:

- I. a crença no poder das armas como resposta exclusiva a desafios políticos e fundamento único da segurança [...];
- II. a crença no poder da exaltação retórica como instrumento de intimidação e pressão [...];
- III. a predominância dos temas ideológicos [...];
- IV. a crença em soluções de curto prazo, que teriam a virtude mágica de se perpetuar automaticamente [..., e];
- V. a crença de que princípios elementares de convivência internacional são manipuláveis e que apoios transnacionais, de tipo ideológico, político ou militar, a grupos e segmentos dentro de Estados podem “ajudar” a encaminhar questões internacionais e implicar ganhos a quem produz o apoio.⁴¹

83), a instalação de modernos e mortíferos mísseis estadunidenses de alcance intermediário em vários países da Europa Ocidental, e finalizou com a ruptura das negociações sobre controle e verificação de armas nucleares. Tudo isso, sem esquecer a guerra de propaganda e a retórica militarista que se impôs em Washington e em Moscou. Na América Latina e o Caribe a crise da dívida externa enfraquecia severamente os aparelhos produtivos dos países, provocava graves consequências sociais e colocava dúvidas sobre o futuro dos processos de transição à ordem constitucional e a governabilidade democrática que levava-se a cabo em vários países do subcontinente, incluído o próprio Brasil. Paralelamente, as tensões globais e seu impacto na América Central provocava uma situação extremamente grave no istmo.

Lembre-se, também, que, em 25 de outubro de 1983, cinco mil *marines* e representantes de algumas ilhas do Caribe oriental invadiram Granada e derrocaram um governo caracterizado pelos seus estreitos vínculos políticos, ideológicos e econômicos com Cuba e com a União Soviética. Essa ação demonstrou a vontade e decisão do Presidente Reagan para “fazer retroceder o expansionismo soviético”, especialmente no hemisfério ocidental. Naturalmente, essa – antijurídica e imoral – ação de força, orientada a reconstrução da presunção hegemônica estadunidense na bacia do Caribe, foi condenada pelo Brasil e pela maioria dos países do mundo.

³⁹ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1983”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 37, pp. 75-87.

⁴⁰ *Ibidem*.

Em sua análise sobre a natureza e as conseqüências de tais “vícios de raciocínio”, o representante do Itamaraty, além de questionar a validade histórica destes, também atribuiu-lhes a paralisia e o renovado e mortífero “equilíbrio do terror” que dominava o sistema internacional naqueles momentos. Em concreto, ditos “vícios de raciocínio” seriam os responsáveis não só pelas tensões entre as próprias superpotências, incluindo a competição armamentista, o (des)equilíbrio estratégico, a guerra ideológica, etc., como também da agudização dos conflitos regionais no Terceiro Mundo, incluindo o conflito regional na América Central, que é o que mais interessa para os fins do presente estudo.

Segundo o Chanceler Saraiva Guerreiro, a posição do Brasil frente à Segunda Guerra Fria deveria manter o questionamento à lógica do conflito Leste-Oeste. Ao mesmo tempo, o autor reafirmou na Escola Superior de Guerra (ESG) a necessidade de continuar atuando com moderação, equilíbrio, realismo e prudência.

Desafortunadamente, insistiu o Ministro, os meios e instrumentos de ação a disposição dos “homens de Estado” sob o seu comando continuavam sendo “pobres” e tinham se limitado ainda mais pela crise financeira que assolava o Brasil e a maioria dos países da América Latina e do Caribe.

Finalmente, vale ressaltar que, segundo o conferencista, as importantes relações do Brasil com os Estados Unidos não tenderiam a “polarizações hegemônicas”, pelo contrário, para o conferencista a visita do Presidente Reagan ao Brasil, em dezembro de 1982, abrigou expectativas de um paulatino melhoramento nas relações políticas bilaterais, já que, na sua opinião: “Os dois países se conhecem melhor, se entendem melhor, na medida em que concordar e discordar deixa de ser um exercício traumático, com conotações exacerbadas.”⁴² Isso afastaria os temores de uma possível “satelização” da política externa brasileira no que diz respeito às pressões, prioridades e aspirações hegemônicas de Washington, num momento sumamente difícil no processo de desenvolvimento econômico e sociopolítico do Brasil (Moniz Bandeira, 1999: Capítulos IX e X; Cervo e Bueno, 1992: Capítulo 16; Vizentini, 1998: 271ss).

A sexta e última conferência do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra (ESG) ocorreu no dia 31 de agosto de 1984. Convém ter presente que naqueles momentos o Brasil experimentava um complexo e sensível processo de transição para a democracia, de retorno à ordem constitucional e à governabilidade

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1983”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 37, pp. 75-87.

democrática (Stepan, 1988; Skidmore, 1988). Naqueles momentos, Tancredo Neves e Paulo Maluf eram os principais candidatos que disputavam a possibilidade de converter-se no primeiro Presidente civil, depois de 20 anos de governos militares. No âmbito econômico, lentamente o aparelho produtivo conseguia superar a pior recessão desde a crise econômica mundial de 1929. Entretanto, no âmbito internacional, as tensões provocadas pela rebipolarização continuavam sendo alguns dos rasgos centrais da sociedade internacional (Skidmore, 1988: 452ss).

A conferência de 1984 é particularmente interessante, entre outras razões, porque o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro terminou utilizando-a como uma virtual avaliação geral da política externa brasileira durante os anos em que foi Ministro das Relações Exteriores (1979-1985). Desse modo, seu discurso começou destacando o diálogo que o Itamaraty tinha iniciado com distintos atores ou agentes da sociedade civil, particularmente com os meios de comunicação, Universidades, Parlamento, etc.

Para o Chanceler, a característica mais evidente das relações internacionais entre 1979 e 1984 foi a “notória deterioração da estrutura política e econômica internacional.”⁴³ No âmbito político, o fenômeno básico foi o abandono da *détente* e a rebipolarização da convivência internacional, isto é, a recuperação da lógica do conflito, da competição e da luta pelo poder dentro da lógica Leste-Oeste, a partir de dezembro de 1979. Os sintomas de tal rebipolarização expressaram-se em três planos específicos: em primeiro lugar, no conflito global entre superpotências. Incluindo-se aí a imposição da lógica da competição entre sistemas sociais antagônicos, o disciplinamento ou “satelização” dos aliados, a drástica redução da margem de manobra político-diplomática que alguns países em desenvolvimento tinham desfrutado durante o decênio de 1970 e, em geral, a preponderância do conflito Leste-Oeste sobre o diálogo Norte-Sul.

Em segundo lugar, o Chanceler lamentou a resistência dos conflitos regionais no Terceiro Mundo à procura de saídas negociadas por via diplomática. Na sua opinião, haver-se-ia imposto a visão do “tabuleiro de xadrez”, a dicotomia amigo-inimigo e a lógica de “soma zero” – segundo a qual, os avanços de um ator supõe, necessariamente, o retrocesso do seu adversário.

E, em terceiro lugar, a “crise do multilateralismo”, provocada pela incapacidade dos organismos internacionais, especialmente do sistema das Nações Unidas, para solucionar diplomaticamente tais conflitos regionais.

⁴³ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 42, pp. 75-128.

Para concluir, o Ministro destacou a positiva imagem do Brasil na comunidade internacional, o excelente nível das relações com os países da América Latina e as alentadoras perspectivas diplomáticas, apesar das graves dificuldades que o país tinha experimentado, a partir do início da crise da dívida externa, em 1982.

Assim, uma avaliação geral das conferências do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra (ESG) reflete não só as mutações da agenda internacional e a progressiva predominância do conflito Leste-Oeste sobre o declinante diálogo Norte-Sul, como também a grande preocupação da diplomacia brasileira pela chamada rebipolarização do sistema internacional e a transferência da competição bipolar para as diferentes regiões do Terceiro Mundo. Vale notar que a noção de rebipolarização utilizada pela diplomacia brasileira é afim ou conectável com a proposta geral de Fred Halliday (1986), no que diz respeito a origem e a evolução da Segunda Guerra Fria.

Também é possível constatar que as preocupações dos funcionários do Itamaraty não colocavam tanto a possibilidade de uma ação hostil por parte das grandes potências em conflito contra o próprio Brasil. Contudo, sim, é possível perceber a consciência de que a transferência da lógica Leste-Oeste para o Terceiro Mundo agudizava os já complexos conflitos regionais, o que, por sua vez, limitava severamente a efetiva solidariedade e cooperação entre os países do "Sul" – situação que possivelmente não era do interesse dos funcionários do Itamaraty. Neste sentido, a rebipolarização era, como sublinhou o Chanceler, "nociva" aos interesses do Brasil.

Outra das preocupações centrais do Chanceler tinha relação com a capacidade e com a possibilidade de manter e/ou incrementar a margem de manobra político-diplomática que o Brasil tinha adquirido durante os anos da distensão e "diversificação de interesses" – próprios do decênio de 1970 (Saraiva, 1997). Este não é um tema menos importante, dado que, no marco do processo de rebipolarização, as potências com aspirações hegemônicas globais tenderam a demandar um rigoroso disciplinamento, alinhamento e/ou "satelização" dos seus respectivos aliados e clientes. Isto implicava a possibilidade de um sustentado incremento nas pressões de Washington para obter uma postura brasileira mais favorável frente às prioridades, visões e políticas da administração Reagan na sua cruzada contra o assim chamado "expansionismo soviético-cubano" na América Central, por exemplo. Isso levando em conta, por um lado, que o país sul-americano fazia parte da comunidade Ocidental, e, por outro lado, que a crise financeira de 1982-1983 provocou um grave

enfraquecimento da posição, meios, condições e possibilidades da diplomacia brasileira.

Em tal sentido, parece importante destacar que, apesar da dependência e vulnerabilidade do Brasil durante o governo do Presidente Figueiredo frente às exigências ortodoxas, monetaristas e neoliberais – próprias do assim chamado Consenso de Washington e imperantes nos principais organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial)⁴⁴ –, a política externa brasileira não se disciplinou ou alinhou automaticamente frente aos desígnios, aspirações e pressões hegemônicas da administração Reagan.

Pelo contrário, a diplomacia brasileira questionou a conduta e a – antijurídica e imoral – racionalidade intrínseca das políticas exteriores das superpotências. No caso dos conflitos regionais no Terceiro Mundo, vale insistir que Brasília demonstrou certo interesse em promover soluções negociadas e acordos com os princípios do Direito Internacional e da “boa convivência”. No caso particular do conflito regional na América Central, por exemplo, as autoridades do Itamaraty persistentemente argumentaram que as suas raízes eram socioeconômicas, e não exclusivamente político-ideológicas ou extracontinentais, como alegavam os setores mais conservadores de Washington. Isto é extremamente importante para compreender e interpretar os antecedentes da chamada tese brasileira sobre a origem, a evolução e os possíveis mecanismos de resolução para o conflito regional na América Central.⁴⁵

Outros aspectos que vale destacar das seis conferências do Chanceler Saraiva Guerreiro na ESG são: a) as divergências sobre o tratamento político ou estritamente técnico que se deveria dar à crise da dívida externa; b) a necessidade de prestigiar e revitalizar a diplomacia multilateral, particularmente no seio das Nações Unidas e da OEA, e c) os persistentes esforços para revitalizar o declinante diálogo Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul.

⁴⁴ Detalhes em Bitar (1984, 1988), Feinberg (1983), Cano (2000), Cardoso e Helweg (1992), CEPAL (2002, 1992, 1990) e Borón (1981).

⁴⁵ A tese brasileira sobre o conflito regional na América Central fundamenta-se com base em seis ponderações centrais (documentalmente verificáveis): (a) a constatação do caráter estrutural e sistêmico do conflito; (b) a necessidade de procurar uma saída negociada e congruente com os princípios do Direito Internacional; (c) a favorável predisposição a participar mais ativamente de iniciativas multilaterais em favor da pacificação do istmo (de fato isso se traduziu no persistente, significativo e solidário respaldo político-diplomático do Brasil aos processos negociadores de Contadora, primeiro, e de Esquipulas, depois); (d) a oposição frente às aspirações hegemônicas e ao intervencionismo de potências extra-regionais, assim como a transferência das tensões, competição e confrontação entre as superpotências à América Central; (e) o reconhecimento da limitada influência do Brasil nos acontecimentos sociopolíticos, econômicos e estratégicos imperantes na América Central; e, (f) o reconhecimento das graves consequências internas e externas em todos os países do hemisfério – inclusive no próprio Brasil – que poderiam ser desencadeadas pelo agravamento das tensões no istmo.

Em sínteses, parece evidente que existem tendências e perspectivas comuns (ou conectáveis) entre as seis conferências em análise e o problema objeto de pesquisa específico deste estudo. Uma dessas tendências foi a persistente rejeição à agudização das tensões Leste-Oeste, já que dita competição poderia permitir às superpotências assegurar, na opinião do Chanceler brasileiro, “a recuperação de modalidades de hegemonia e controle” sobre supostas esferas de influência hegemônica. Enquanto que, para as nações do Terceiro Mundo, os conflitos regionais provocados ou intensificados pelo intervencionismo das superpotências, de acordo com a mesma fonte, “representa[va]m a perda de espaço de manobra política.”⁴⁶

Outra tendência comum é a necessidade de enfrentar a crise econômica de maneira integral. Isso incluiria manter ativo o declinante diálogo Norte-Sul. Também é possível verificar um debate sobre a identidade, ao mesmo tempo, Ocidental e terceiro-mundista do Brasil e a reafirmação dos princípios e propósitos da inserção internacional do país. Finalmente, mas não menos importante, vale destacar que em todas as conferências enunciou-se, de um lado a oposição à transferência da lógica Leste-Oeste para os conflitos regionais no Terceiro Mundo e, de outro lado, uma atitude favorável à implementação de soluções negociadas – e não de força – para os conflitos regionais no Terceiro Mundo, dentre estes, o conflito regional na América Central.

4. O governo Sarney, a política externa da “nova república” e a fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria (1985-1989)

O assim chamado “reencontro” do Brasil com sua identidade democrática, a partir de 1985, provocou algumas sutis inovações na política exterior global do país frente à Segunda Guerra Fria – ou mais exatamente, frente à fase de bipolaridade flexível da mesma. Entre tais inovações é possível citar: uma atenção mais clara e categórica no tocante ao desarmamento, especialmente ao desarmamento nuclear; uma maior preocupação com temáticas tais como a paz, a democracia política, a justiça social e o desenvolvimento econômico (inclusive no que diz respeito aos processos de integração regional, bem como a criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul); certa desconfiança ante um possível (re)surgimento de “condomínio” hegemônico

⁴⁶ Ramiro Saraiva Guerreiro, “Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 42, pp. 75-128.

dirigido por e em benefício de ambas as superpotências como consequência do paulatino “desgelo” nas relações Leste-Oeste; entre outras.

Contudo, manteve-se as ponderações básicas de questionamento diante a lógica inerente à rebipolarização, a promoção da “boa convivência” internacional e o apoio político-diplomático na busca de soluções negociadas para os conflitos regionais no Terceiro Mundo, surgidos durante o primeiro lustro dos anos 1980.

Tais inovações e continuidade na política externa global do país diante da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria continuou sendo verificável, entre muitas outras fontes primárias, nas conferências dos Chanceleres Roberto de Abreu Sodré (1986 e 1988) e Francisco Rezek (1991).⁴⁷

Com efeito, na sua conferência na Escola Superior de Guerra (ESG) de junho de 1986, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré expressou satisfação pelo que chamou de “reencontro” do Brasil com sua identidade democrática. Na sua opinião, a política externa global do Brasil da Nova República também seria beneficiada das “franquias democráticas” surgidas a partir do retorno do país à ordem constitucional, ao Estado de direito e à governabilidade democrática (Corrêa, 1996). “A democracia, o desenvolvimento e a justiça social, valores claramente prioritários no âmbito interno determinam igualmente a conduta do Itamaraty da Nova República”, sentenciou categoricamente o Chanceler.⁴⁸

No que diz respeito à posição do Brasil diante do processo de rebipolarização ou da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria, que é o que más interessa neste artigo, o Chanceler Abreu Sodré constatou e questionou a persistente predominância do conflito, da confrontação e da competição Leste-Oeste sobre a cooperação Norte-Sul. Assim, não poupou-se de críticas com relação à lógica e à conduta – muitas vezes intervencionista e, conseqüentemente, imoral e ilegal – das superpotências. Na sua opinião: “A tentativa das grandes potências de revitalizar a oposição bipolar decorre uma visão simplista e empobrecedora, de uma lógica que se reduz a fáceis dicotomias, em que o Bem e o Mal se repartem o mundo. A realidade é mais complexa e contraditória”,⁴⁹ de fato:

⁴⁷ Convém ressaltar que o empresário e político Olavo Setúbal foi Chanceler do Brasil entre março de 1985 e março de 1986. Porém, aparentemente, o Chanceler Setúbal não pronunciou conferência alguma sobre política exterior brasileira na Escola Superior de Guerra (ESG) ou, em caso de ter pronunciado dita conferência, a mesma não foi publicada na Resenha de Política Exterior do Brasil, que é a principal fonte de informação neste estudo.

⁴⁸ “Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1986”, *Resenha de Política Externa do Brasil*, N° 49, pp. 123-140.

⁴⁹ *Ibidem*.

Rebipolarizar o sistema internacional significa empobrecer nossa capacidade de compreender o que nele se passa, em virtude do desacordo inescapável entre a falaciosa simplicidade do quadro conceitual e a complexa riqueza da realidade.

A rigidez dualista da visão de blocos se opõe à regulação jurídica, ao multilateralismo, em suma, a tudo o que tenta criar ordem no plano internacional pela negociação e pelo diálogo, buscando minimizar o quanto possível os efeitos das diferenças de poder político, econômico e militar. [...] Quando denunciarmos e rejeitarmos visões bipolares da vida internacional, também pensamos, com efeito, nas consequências perversas que acarretam para a correta identificação e oportuna solução dos problemas prementes que afligem os países em desenvolvimento.⁵⁰

A mensagem do Chanceler do Brasil era clara e categórica. A oposição diante da predominância da competição Leste-Oeste na vida internacional explicar-se-ia pelo seu nocivo efeito sobre outros componentes de convivência internacional, particularmente relevantes para o Brasil e os outros países em desenvolvimento – tais como a cooperação no campo científico-tecnológico, uma ordem econômica internacional mais justa, etc. Note-se ainda que o Ministro não deixou de registrar o que chamou de “papel moderador no relacionamento Leste-Oeste” implementado pelos países da Europa Ocidental, na medida que expressavam certo “ceticismo diante das iniciativas pacifistas de Moscou, mas também opõe resistência, com maior ou menor grau, a iniciativas norte-americanas no setor de armamentos.”

Os conflitos regionais no Terceiro Mundo – África Austral, América Central, Sudeste de Ásia, entre outros – também mereceram uma reflexão, ainda que indireta, do Chanceler brasileiro quando afirmou que:

A confrontação substitui a busca do diálogo, do consenso, esvazia os mecanismos de participação coletiva e democrática no processo decisório da comunidade das nações. A exploração política das disparidades do poder, a ameaça do uso da força – e mesmo seu emprego efetivo – procuram enquadrar em blocos disciplinados a natural pluralidade da sociedade internacional contemporânea, espontaneamente multipolar. E pouco conforto existe, para quem se empenha pelo tratamento negociado e pacífico das controvérsias, em verificar que o poder se vem mostrando ineficiente como forma de resolver disputas. Nos cenários de conflito [regional], os empates são hoje mais freqüentes que as vitórias e as derrotas. A força, além de ilegal e imoral, tem-se provado não-funcional.⁵¹

O excessivo armamentismo e a assim chamada “crise do multilateralismo” também foram objeto de análise na conferência do Chanceler Abreu Sodré.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

No que diz respeito ao primeiro tópico, e ainda que naqueles anos o Brasil chegou a estar entre os dez mais importantes exportadores de material de emprego militar do mundo, o Ministro advertiu que é no plano do armamentismo onde “a lógica da rebipolarização atinge seu ápice mais absurdo.”

O conferencista censurou especialmente a capacidade de sobre-extermínio ou *overkill* das superpotências derivada da competição no armamento nuclear estratégico – ameaçando aos habitantes do mundo todo –, bem como na pretensão de levar a confrontação Leste-Oeste para o espaço extraterrestre, e expressou-se profunda preocupação diante das graves conseqüências humanitárias, sócio-econômicas e de política internacional provocadas pelo acidente nuclear na Ucrânia, em 1986. Vale ressaltar que desde então o Brasil passou a reclamar, com maior clareza e persistência, de um processo de desarmamento nuclear irreversível, acreditável e verificável – inclusive para evitar a proliferação de armas de destruição em massa (fosse de natureza nuclear, química ou biológica).

No tocante à “crise do multilateralismo”, especialmente do sistema das Nações Unidas, o Chanceler do Brasil verificou, com preocupação, que dito enfraquecimento da ONU apresentava-se na esteira do processo de rebipolarização e da lógica do unilateralismo, da confrontação e da competição hegemônica entre as superpotências.

A tendência do unilateralismo e da competição Leste-Oeste e o alto e crescente enfraquecimento da capacidade negociadora do sistema de Nações Unidas era muito grave sob a perspectiva da política exterior global brasileira, porque acabavam comprometendo os esforços de ordenação jurídica da vida internacional. Na opinião do Ministro, dito desgaste do multilateralismo não era causado pela insuficiência de instrumentos ou marcos jurídicos eficientes para o encaminhamento pacífico e negociado dos conflitos e problemas, e sim pela “ausência de vontade ou consenso político para seu efetivo emprego.”⁵² “Condenar o sistema das Nações Unidas e o multilateralismo ao perecimento significaria, para o Brasil, reduzir sua própria capacidade de afirmação como nação independente, soberana” ponderou, de maneira pública, categórica e definitiva, o Chanceler Abreu Sodré.

Paralelamente, o Ministro abordou outros tópicos da agenda de política internacional do Brasil, dentre estes: o aparente *impasse* no diálogo Norte-Sul, as persistentes tendências protecionistas em várias economias industrializadas do Norte, a questão da dívida externa, as complexas negociações de comércio mundial no âmbito do GATT, o construtivo apoio do Brasil ao processo negociador de Contadora e

⁵² Ibidem.

iniciativas semelhantes na África, certas divergências comerciais com os Estados Unidos e Europa Ocidental, o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba e, especialmente, a proposta brasileira de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

Com efeito, a proposta de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, que terminou sendo aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em outubro de 1986, erigiu-se numa das mais importantes iniciativas de diplomacia multilateral brasileira durante os perturbadores anos da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria.

Se é para acreditar nas ponderações do Chanceler Abreu Sodré, a proposta de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul surgiu não só como consequência da constatação da existência de uma identidade regional própria – caracterizada, basicamente, pelo comum desejo dos povos do Cone Sul da América e da África Austral de superar os problemas do subdesenvolvimento econômico, político e social –, mas também pela necessidade de manter dita região “livre das imposições da disputa de poder entre as superpotências”.⁵³ De fato, tratava-se tanto de promover a paz, a cooperação e a promoção do desenvolvimento, quanto de afastar a região do perigo nuclear e das aspirações e pressões hegemônicas das superpotências. Consequentemente, era coerente e categórico o Chanceler Abreu Sodré ao afirmar que:

Defendemos a posição de que o Atlântico Sul deve ser uma área destinada à paz e à cooperação, livre das imposições da disputa de poder entre as superpotências, a nível mundial [no contexto global da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria]. Preocupa-nos, nesse contexto, a gravíssima situação de crise persistente na África Austral. Preocupa-nos as tendências de crescimento militar naval na região, tanto quantitativo quanto qualitativo, com a decorrente proliferação geográfica de armamentos nucleares, em desprezo ao direito dos países não nucleares a viver em paz e segurança. Preocupa-nos a introdução, na região, de tensões e confrontações exógenas.

[...] A criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul representaria uma contribuição significativa para o fortalecimento da segurança e da paz não só na região, como também a nível mundial. Por outro lado, essa zona de paz propiciaria, inegavelmente, uma maior cooperação entre os países ribeirinhos. Não se pode separar o aspecto político do aspecto econômico. Existem interesses concretos de proximidade e similaridades bio-geográficas a motivar uma cooperação do Brasil com os países da área.

Inicia-se, assim, entre os países em desenvolvimento do Atlântico Sul, de ambas as margens, um diálogo novo. Esta é uma legítima tomada de

⁵³ Ibidem.

consciência dos interesses e responsabilidades específicas destes países sobre uma área cujo destino não pode ser vinculado a tensões que lhes são estranhas.⁵⁴

A mensagem do Chanceler brasileiro, procurando criar um virtual espaço de segurança coletiva, política e econômica, com um claro viés estratégico, é eloqüente e relevante. Parece claro que se trata de prevenir a transferência para a região da lógica e das políticas da competição, confrontação e tensão Leste-Oeste próprias da rebipolarização dos anos oitenta. Nessa ordem de idéias, não parece totalmente incorreto afirmar que a proposta de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul também poderia abordar-se sob a perspectiva da história da Segunda Guerra Fria.

Mais ainda, um intento de manter desnuclearizada a região do Atlântico Sul é outro dos elementos estratégicos centrais da proposta brasileira. Assim, tratar-se-ia de construir um virtual "Tlatelolco do Atlântico Sul" para garantir altos e crescentes graus de confiança, cooperação e segurança entre os países ribeirinhos e aqueles outros países com vínculos e interesses na região. De fato, o Chanceler Abreu Sodré reconheceu que a iniciativa brasileira era "seqüência lógica de outros empreendimentos notáveis", citando dentre estes: o Tratado de Tlatelolco, a Declaração da Organização da Unidade Africana sobre Desnuclearização da África e o Tratado da Antártida.

Dois anos depois, em 28 de julho de 1988, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré voltou à Escola Superior de Guerra para reflexionar sobre a conjuntura internacional e especificamente sobre a política externa global do Brasil. Na ocasião, o Ministro expressou satisfação pelo que chamou de "processo de desanuviamento entre as superpotências".⁵⁵

Com efeito, "o Brasil", segundo o Ministro, "acompanha com interesse os desdobramentos das recentes iniciativas de diálogo político e os acordos sobre desarmamento entre as superpotências." Afirmando seguidamente que "É nossa esperança que o novo quadro de distensão nas relações leste-oeste, substituindo a confrontação retórica dos anos anteriores, evolua para um convívio equânime e maduro que propicie a satisfação dos anseios globais da comunidade das nações."⁵⁶ Parece clara a constatação do paulatino "desgelo" nas relações Leste-Oeste, característica própria da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ "Palestra proferida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Escola Superior de Guerra (ESG), em 28 de julho de 1988", *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 58, pp. 27-40.

⁵⁶ Ibidem.

Convém agregar que o paulatino processo de distensão entre as superpotências, ou “desgelo” nas relações Leste-Oeste, foi favorecido pelas reformas domésticas e de política internacional da União Soviética de Mikhail Gorbachëv, pelo declínio da “era Reagan”, pela reafirmação de atores regionais anti-hegemônicos (Comunidade Econômica Européia, China, Mecanismo de Consulta e Concertação Política entre estados latino-americanos e caribenhos, etc.), pela assim chamada Terceira Onda democratizante de Huntington (1991), pelo surgimento da Terceira Revolução Industrial, entre outras ponderações.

Contudo, o Chanceler brasileiro também expressou preocupação não só “diante do quadro de bipolaridade estratégico-militar que ainda perdura”, quanto por uma eventual “conciliação de tipo hegemônico [entre as superpotências] estimulando antigas teorias de repartição de zonas de influência.”⁵⁷ Configurando reafirmação de oposição frente às aspirações e pressões hegemônicas globais de ambas as superpotências, ainda no momento de paulatino relaxamento das tensões, confrontação e competência entre ambos sistemas sociais antagônicos.

O Ministro das Relações Exteriores também reafirmou o apelo em favor do desarmamento – sobretudo do desarmamento nuclear, devido à sua capacidade de sobre-extermínio ou *overkill* – e em defesa do multilateralismo. No que diz respeito ao apelo em favor do desarmamento, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré ponderou que “Tal postura decorre não só da vocação pacífica do país, mas também da consciência da interdependência de destinos dos povos na era nuclear e na responsabilidade de cada um em construir um ambiente internacional que proporcione paz e segurança para a humanidade.”⁵⁸ E também porque: “Entende o Brasil que, por promissor que se afigure o grado de entendimento entre as superpotências, o desarmamento, mormente o nuclear, é tema de legítimo interesse para toda a comunidade internacional e, como tal, não deve ser subtraído à discussão ampla e aberta em foros multilaterais.”⁵⁹ Tais colocações são realmente relevantes, dignas e eloqüentes, levando em consideração que durante os perturbadores anos da Segunda Guerra Fria, aparentemente, teve momentos nos que alguns dirigentes em Washington e Moscou atreveram-se a “pensar no impensável”, isto é, considerar as apocalípticas condições e possibilidades de “ganhar” uma guerra nuclear – com fatais conseqüências para a vida no planeta.

No tocante ao multilateralismo e à democratização da ordem mundial, o Ministro verificou, novamente e com preocupação, a relativa perda de prestígio e

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

efetividade da capacidade negociadora e de resolução de conflitos e problemas dos organismos internacionais, especialmente do sistema das Nações Unidas. A assim chamada “crise do multilateralismo” agudizava-se pela tendência das grandes potências de implementar ações unilaterais ou canais bilaterais – sendo que algumas vezes tais ações unilaterais eram contrárias ao direito internacional. As causas principais de dita crise decorriam, segundo o conferencista, da “da inexistência de efetiva vontade política para se pôr em prática o instrumental [jurídico] disponível” para solucionar conflitos que afetavam a ordem e segurança internacionais.

“A deterioração dos mecanismos multilaterais é fator de preocupação para o Brasil, não só pela tradicional adesão da política externa brasileira aos ideais de uma ordem internacional baseada na igualdade soberana e na equidade, mas também porque nossos interesses concretos se veriam prejudicados por uma situação em o puro poder – econômico, militar ou político – tivesse livre curso”, sentenciou o Ministro. Sugerindo, em seguida, que “Interessa ao Brasil a revalorização das Nações Unidas e do sistema multilateral, bem como o fortalecimento do direito internacional, como formas de condicionamento da política de poder.”⁶⁰

Dada a grande relevância do enfoque multilateral no desenho e na implementação da política externa global do país, as autoridades político-diplomáticas do Brasil consideraram a pertinência de adotar certas medidas orientadas a prestigiar e revitalizar o papel dos organismos internacionais na manutenção da paz e da segurança. Especialmente importantes terminaram sendo, por exemplo, o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, no biênio 1988-1989 – promovendo uma reestruturação do Conselho para que ganha-se legitimidade e representatividade –, a iniciativa de criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul, o apoio à reeleição do Embaixador João Clemente Baena Soares na Secretaria-Geral da OEA, a construtiva participação em processos negociadores orientados para a busca de soluções negociadas, justas, equilibradas e duradouras para conflitos regionais (sobretudo na África Austral e na América Central), entre outros.

Adicionalmente, o Chanceler Abreu Sodré registrou a necessidade de revitalizar o diálogo Norte-Sul, bem como de insistir por uma renegociação da questão da dívida externa – levando em consideração a tese da co-responsabilidade entre devedores e credores. A questão da luta contra o protecionismo dos países industrializados do Norte, em particular, e do comércio, em geral, também mereceu algumas reflexões. Complementariamente, o Ministro destacou a emergência de uma ordem econômica

⁶⁰ Ibidem.

globalizada fundamentada na assim chamada Terceira Revolução Industrial, no deslocamento do núcleo duro da economia mundial do Atlântico Norte para o Pacífico Norte e na formação de grandes blocos econômicos.

Pouco mais de um mês antes da queda do Muro de Berlim (Moniz Bandeira, 2001; Moniz Bandeira, 2003), o próprio Presidente José Sarney, na Sessão de Abertura da XLIV Assembléia Geral da ONU, verificou importantes mudanças na conjuntura internacional. Como tendências positivas, o Presidente citou o fim da guerra Irã-Iraque, a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, o positivo encaminhamento dos conflitos regionais na América Central e África Austral, os acordos de redução efetiva dos arsenais nucleares das superpotências, entre outros. No entanto, o Presidente também alertou que persistiam problemas, mormente, no Oriente Médio (questão palestina, Líbano), na África do Sul (sistema do *apartheid*) e no Timor Leste.

Igualmente, o Presidente brasileiro destacou a progressiva desmobilização das ideologias e o declínio aparentemente irreversível da conflito Leste-Oeste no marco global da Segunda Guerra Fria. Afirmou, com retórica bastante inspirada, que “temos a sensação de ingressar no limiar de uma época de amplas transformações. O processo histórico está em plena florescência. Uma humanidade liberta dos antagonismos, das ameaças e do medo, abrindo fronteiras para um novo homem, que pode realizar o objetivo da criação, concebido à semelhança de Deus.”⁶¹ Segundo o mandatário, as nações deveriam aproveitar o interregno de paz aberto pelo que chamou de desmobilização ideológica para revitalizar a cooperação internacional. De fato, o Presidente expressou especial preocupação com temas tais como a questão da dívida externa, o meio ambiente, os direitos humanos, o tráfico de drogas ilícitas, o desarmamento, a promoção da democracia, a erradicação da pobreza, a integração regional, o comércio internacional, a necessidade de alterações na estrutura e procedimentos do Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz, entre outras ponderações.

Note-se que se bem a mensagem do Presidente Sarney sugeria uma tendência orientada para uma crescente cooperação e neodistensão entre as superpotências, nada do dito permite antecipar os dramáticos acontecimentos de novembro de 1989 (Moniz Bandeira, 2001). De fato, ninguém previu-os. E, certamente, a queda do muro de Berlim e acontecimentos subsequentes terminaram não só dando fim à Segunda

⁶¹ “Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney na Sessão de Abertura do Debate Geral da XLVI Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 25 de setembro de 1989, na cidade de Nova York”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 62, pp. 39-47.

Guerra Fria como também dando origem a uma ordem internacional radicalmente diferente – porém, não menos desafiadora, perturbadora e complexa.

Em 31 de julho de 1991, o Chanceler Francisco Rezek realizou uma nova conferência na Escola Superior de Guerra (ESG).⁶² Para os fins deste artigo, dita conferência é sumamente importante porque nela se enuncia, de modo geral, não só a “leitura” das autoridades diplomáticas brasileiras sobre as causas e conseqüências da queda do muro de Berlim e da Segunda Guerra Fria, como também os prolegômenos da política exterior global pós-Segunda Guerra Fria do Brasil. Sendo que primeiro ponto apresenta-se diretamente relacionado com a finalidade do presente artigo.

Inicialmente, o Chanceler brasileiro notou, junto a conhecidos e polêmicos autores tais como Francis Fukuyama, que a (Segunda) Guerra Fria tinha acabado com a vitória dos Estados Unidos e seus aliados. A queda do muro de Berlim, segundo o Chanceler Rezek, também refletia o triunfo do liberalismo sobre o socialismo realmente existente no Leste Europeu. Naturalmente, tais expressivas mutações na sociedade internacional implicavam a necessidade de implementar profundas mudanças de natureza econômica, política, social e de inserção internacional. Tais mudanças visavam “construir um Brasil Novo”, ainda que fosse temperado com a lógica e as políticas próprias do paradigma neoliberal.

De acordo com o conferencista, três tendências globais eram particularmente importantes – inclusive no que diz respeito à inserção internacional do Brasil na ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria –, elas eram: (a) o primado da economia do mercado, (b) a conquista das liberdades essenciais (num contexto de democratização política), e (c) o esgotamento do confronto entre as superpotências.⁶³ Sendo que este último ponto é o que realmente interessa para os fins deste artigo.

Com efeito, a queda do muro de Berlim e o fim da Segunda Guerra Fria foi qualificado como a “maior mudança de nosso tempo”.⁶⁴ Agregando seguidamente que o esgotamento do conflito Leste-Oeste “em todos alimentou esperanças fundadas de um mundo finalmente livre do confronto, do maniqueísmo ideológico e dos projetos

⁶² “Conferência pronunciada pelo Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1991”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 69, pp. 53-66.

⁶³ O Chanceler Rezek também citou outras importantes mutações na sociedade internacional tais como: a desmobilização do preconceito ideológico; a resolução de conflitos regionais (América Central, etc.); a limitação aos grandes arsenais militares; o avanço da ciência e da tecnologia; o retraimento do Estado na economia; a globalização das relações econômicas; a assim chamada interdependência dos mercados; a ampliação da agenda internacional para incluir temas tais como direitos humanos e meio ambiente; entre outros.

hegemônicos, crescentemente comprometido com a solidariedade, o entendimento e a paz” – nesse sentido, “a queda do muro de Berlim anunciou uma Nova Era.”⁶⁵

Entre as causas que explicariam os acontecimentos em questão, o Ministro Rezek destacou: (a) a projeção do poder econômico e comercial da Comunidade Econômica Européia e do Japão, (b) o peso dos gastos militares nos orçamentos das duas superpotências, (c) a acelerada integração e interdependência dos mercados, (d) a consciência da opinião pública quanto aos riscos derivados de um eventual holocausto nuclear, (e) as campanhas em favor de bandeiras como os direitos humanos, a saúde do planeta, a proteção das minorias, o combate ao narcotráfico e o amparo à criança, (f) o anúncio do “novo modo de pensar” de Mikhail Gorbachêv, (g) a gradual superação dos conflitos regionais, (h) o resgate da democracia no Leste europeu, (i) os progressos nas conversações sobre desarmamento tático e estratégico, e sobretudo (j) “um cansaço coletivo de guerras e misérias, e um propósito generalizado de construir, finalmente, um mundo melhor.”⁶⁶

Paralelamente, a primeira guerra do Golfo Pérsico (em 1991), entre uma coalizão de forças comandadas pelos Estados Unidos e com auspício da ONU contra o governo de Iraque (que tinha invadido ilegalmente o Kuwait), configurou, de fato, como registrou o Chanceler, o fim da bipolaridade e o surgimento de uma ordem internacional caracterizada, basicamente, pela unilateralidade hegemônica estadunidense – na medida que dito país ficou como a única superpotência militar no mundo. Outras conseqüências, ou melhor, características, da ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria seriam, na opinião do Chanceler Rezek, a tendência para a formação de espaços econômicos cada vez mais abrangentes (com destaque para a construção do MERCOSUL), o surgimento de novas oportunidades e também de novas ameaças, o que chamou de “elitização do processo decisório na cena internacional, tendência que reduziria o fim da [segunda] guerra fria à mera substituição do confronto pela acomodação entre os interesses dos poderosos”⁶⁷ – constatação que configuraria o surgimento daquilo ao que o Chanceler Roberto de Abreu Sodré tinha chamado de “condomínio” hegemônico dirigido por e em benefício das grandes potências –, a marginalização crescente das demandas dos países em desenvolvimento

⁶⁴ “Conferência pronunciada pelo Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1991”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 69, pp. 53-66.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

nos distintos foros internacionais ou esgotamento do diálogo Norte-Sul, entre outras ponderações.

A política externa global do Brasil frente à ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria guiou-se pelo que chamou de “realismo crítico”. Lamentavelmente, o Chanceler Francisco Rezek não abordou com suficiente clareza os fundamentos e alcance da noção de “realismo crítico”. Mais ainda, excede aos fins deste artigo explorar em detalhe as possíveis fontes de inspiração teórica, a lógica e as características da política externa global emanadas desse núcleo irreduzível – de forte tempero neoliberal e possivelmente articulável com a tese do “realismo periférico” de Carlos Escudé, a que, como se sabe, inspirou em grande medida a política externa da Argentina e outros países latino-americanos e caribenhos durante boa parte do decênio de 1990. Contudo, parece prudente ressaltar que, na opinião do conferencista, “Para guiá-los em direção a um mundo mais próspero e justo, teremos por norte uma atitude ao mesmo tempo crítica e realista. Realista, no reconhecimento das tendências de nosso tempo; crítica, no empenho de atuar no plano externo para que nele prevaleçam sempre os valores mais caros à gente brasileira – democracia, desenvolvimento, solidariedade e paz.”⁶⁸

Em suma, nas duas conferências do Chanceler Roberto de Abreu Sodré (1986 e 1988) e na palestra do seu homólogo Francisco Rezek é possível verificar não só o paulatino “desgelo” nas relações Leste-Oeste – processo que culminou com a queda do muro de Berlim, a implosão do socialismo realmente existente no Leste europeu e o surgimento de uma ordem internacional essencialmente unipolar –, como também a postura da política externa global do Brasil diante de tais acontecimentos próprios da fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria.

Nas conferências do Chanceler Roberto de Abreu Sodré constata-se, além das questões “herdadas” das gestões dos Ministros Ramiro Saraiva Guerreiro e Olavo Setúbal, maior ênfase na questão do excessivo armamentismo (mormente do armamentismo nuclear), preocupação diante da chamada crise do multilateralismo (sobretudo do sistema das Nações Unidas) e com os temas próprios da emergente agenda pós-Segunda Guerra Fria (democracia, meio ambiente, ciência e tecnologia, justiça social, entre outros).

Seguindo a informação contida nas conferências em questão, as principais iniciativas político-diplomáticas brasileiras, durante a fase de bipolaridade flexível da

⁶⁸ Ibidem.

Segunda Guerra Fria (1985-1989) foram as seguintes: (a) a criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul, com propósito de manter essa importante região “livre do perigo nuclear e da confrontação entre as superpotências”;⁶⁹ (b) o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU e a promoção da reeleição do Embaixador João Clemente Baena Soares na OEA, com intuito de revitalizar ditos foros de diplomacia multilateral; (c) ativa e construtiva participação nos processos negociadores orientados para a busca de soluções negociadas, justas, equilibradas e duradouras aos conflitos regionais imperantes em diferentes zonas do Terceiro Mundo (exemplo: integração do Brasil no Grupo de Apoio ao processo negociador de Contadora, a partir de julho-agosto de 1985); (d) relevante participação na criação e organização dos assim chamados “novos” consensos latino-americanos e caribenhos, com destaque para o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Política ou Grupo do Rio (GRIO); e (e) insistindo na necessidade de promover avanços nos foros específicos de desarmamento (especialmente de desarmamento nuclear). Em outras palavras, tratava-se de continuar resistindo diante às pressões e aspirações hegemônicas de ambas as superpotências e também de promover uma correta e construtiva convivência internacional fundamentada nos princípios básicos do direito internacional – não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, autodeterminação dos povos, resolução pacífica das controvérsias, cooperação para o desenvolvimento, não uso (ou ameaça do uso) da força, entre outros.

O Chanceler Rezek, entretanto, constatou o esgotamento da Segunda Guerra Fria, qualificando-o como a “maior mudança de nosso tempo”, porquanto “a queda do muro de Berlim anunciou uma Nova Era.” De fato, dita Nova Era terminou caracterizando-se pelo surgimento de uma ordem internacional de caráter unilateral – isto é, o interregno de unilateralidade hegemônica estadunidense –, pelo primado da economia liberal de mercado e também pelos positivos efeitos das transições para a democracia em muitas sociedades latino-americanas e de outros continentes. Segundo o Chanceler, a política externa global do Brasil diante do surgimento da ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria deveria guiar-se pela noção de “realismo crítico” – lamentavelmente, o Ministro não deixou totalmente claro seu significado profundo.

6. Considerações finais

⁶⁹ “Intervenção do Ministro Abre Sodré, em Reunião na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 14 de agosto de 1989”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, N° 62, pp. 61-65.

Uma das características mais marcantes da política internacional durante o decênio de 1980 foi o processo de rebipolarização ou revitalização da confrontação, da tensão e da competição entre as superpotências. É por esta razão que Fred Halliday chamou dito período na história das relações internacionais contemporâneas de a Segunda Guerra Fria (1979-1989).

Com base nestes pressupostos, o propósito deste artigo é compreender a lógica que inspirou à política externa global do Brasil diante do processo de rebipolarização. Utiliza-se, para tanto, como fontes básicas de informação nove conferências sobre política exterior global de Chanceleres brasileiros pronunciadas na Escola Superior de Guerra (ESG), entre os anos de 1979 e 1991. Note-se ainda que a gestão do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro no Itamaraty coincidiu com a fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria (1979-1985); entretanto, as gestões dos Chanceleres Olavo Setúbal – quem aparentemente não pronunciou a correspondente conferência na ESG – e Roberto de Abreu Sodré coincidiram com a fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria; e a gestão do Ministro Francisco Rezek articulou-se com o surgimento da ordem internacional pós-Segunda Guerra Fria ou de unilateralidade hegemônica estadunidense surgida após da queda do muro de Berlim e da implosão do socialismo realmente existente no Leste europeu.

Em sendo assim, quais foram as ponderações básicas que caracterizaram a lógica da política externa global brasileira diante do processo de rebipolarização subjacente à história da Segunda Guerra Fria? Eis a questão central que tem orientado este artigo.

Inicialmente, parece pertinente e prudente ressaltar a considerável continuidade que caracterizou, em termos gerais, à política exterior global brasileira durante os anos oitenta. Isso é surpreendente, sobretudo tendo presente as mudanças políticas (transição à democracia), econômicas (grave crise econômica e financeira) e sociais (persistente iniquidade social, surgimento de novos atores) experimentadas pelo Brasil naqueles perturbadores e complexos anos (Aleixo, 1985; Hirst, 1986; Corrêa, 1996).

Dita continuidade na política exterior global brasileira parece sugerir a existência de um consenso estratégico básico compartilhado por diferentes atores ou agentes políticos e sociais sobre a inserção internacional do país, e cujo eixo seria um forte discurso em favor do desenvolvimento econômico e social autosustentado (Cervo e Bueno, 2003). Entretanto, o surgimento da ordem internacional pós-Segunda Guerra

Fria e a disseminação da lógica neoliberal nas políticas públicas no início dos anos 1990 – especialmente durante a administração do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) –, ameaçou com enfraquecer e mesmo substituir aquele consenso estratégico básico.

Nessa linha, a lógica da política externa brasileira frente ao processo de rebipolarização subjacente à Segunda Guerra Fria parece ter sido fundamentada com base em seis ponderações básicas (documentalmente verificáveis):

(a) A resistência diante a notória revitalização das pressões e aspirações hegemônicas das superpotências. Isso, na medida que seguindo ao Chanceler Saraiva Guerreiro “Os povos independentes, e sobretudo aqueles que têm consciência plena do imperativo de seu desenvolvimento, resistem naturalmente à restrição de sua capacidade própria de atuação e ressentem-se de esquemas totalizantes que lhes atribuam papéis derivados ou secundários.” Nesse sentido, é compreensível que o diplomata terminasse afirmando, de maneira clara, categórica e definitiva, que “A manutenção das atuais condições internacionais [isto é, da revitalização das pressões e aspirações hegemônicas das superpotências] nos é nociva.” Entretanto, para o Chanceler Roberto de Abreu Sodré: “Rebipolarizar o sistema internacional significa empobrecer nossa capacidade de compreender o que nele se passa, em virtude do desacordo inescapável entre a falaciosa simplicidade do quadro conceitual e a complexa riqueza da realidade.”

Em conseqüência, parece claro que a diplomacia brasileira questionaria a lógica da rebipolarização pelo seu negativo impacto no diálogo Norte-Sul, bem como pela transferência das tensões Leste-Oeste para “teatros de operações” – ou conflitos regionais – na Ásia, na África e na América Latina e o Caribe. Também, pela ameaça que tais políticas globais representavam com relação à progressiva redução da margem de manobra político-diplomática que o Brasil e outros países em desenvolvimento tinham conseguido alcançar durante a década de 1970 – especificamente, durante o governo do general Ernesto Geisel.

(b) Questionamento de quaisquer tentativa de transferência da lógica da confrontação Leste-Oeste para a América do Sul ou para o Atlântico Sul. Com efeito, uma das principais preocupações da burocracia diplomática brasileira – e seguramente também dos militares e do mundo acadêmico – no período consistiu em prevenir que a tensão, competição e confrontação Leste-Oeste fosse transferida ou

“importada” nas regiões de interesse estratégico vital do Brasil, mormente, na América do Sul e no Atlântico Sul. Esta determinação aparentemente configurava não só um interesse de natureza estratégica ou de segurança, como de política doméstica – em momentos delicados do processo de transição e consolidação da democracia brasileira.

Tratava-se portanto de evitar a intromissão de interesses e conflitos alheios às regiões supracitadas. Nessa linha é possível compreender as apreensões de Brasília diante, por exemplo, dos maciços exercícios militares da OTAN na costa norte da América do Sul em 1981 (Ocean Venture 81), a ainda não totalmente esclarecida missão Venturini ao Suriname em 1983 – com aparente intuito de cooptar o regime imperante naquele país e afastar possível influência cubana na região das Guianas –, um certo mal-estar pela possível presença de armamento nuclear no Atlântico Sul, o constante acompanhamento da evolução dos conflitos regionais na África Austral e na América Central e especialmente a proposta de criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul em 1986.

(c) No que diz respeito aos conflitos regionais no Terceiro Mundo – África Austral, América Central, entre outros –, oposição ao intervencionismo de potências com aspirações hegemônicas, por um lado, e apoio político-diplomático para a busca de soluções negociadas, justas, equilibradas e duradouras, por outro. Como dito, durante o decênio de 1980, muitos conflitos domésticos – e inclusive tribais – terminaram adquirindo uma conotação global quando atores ou agentes endógenos apelaram à ajuda de atores extra-regionais ou, principalmente, quando as superpotências consideraram que intervir em tais conflitos era conveniente para as correspondentes aspirações hegemônicas globais – o que de fato agudizou os conflitos preexistentes. Nessa linha, os conflitos regionais imperantes na África Austral e na América Central adquiriram certa relevância na agenda e na política internacional do Brasil, devido à identificação de certos interesses de natureza política, econômica ou estratégica.

Em geral, a política brasileira diante destes conflitos regionais propugnou pela oposição ao intervencionismo de potências com espúrias, antijurídicas e imorais pretensões hegemônicas e também pelo apoio político-diplomático às iniciativas orientadas para a busca de soluções negociadas, justas, equilibradas e duradouras. Agora se sabe que tal apoio político-diplomático brasileiro, por apresentar-se plenamente identificado com os princípios básicos do direito internacional, foram essencialmente corretas, construtivas, prudentes e pertinentes.

(d) Promoção da boa, correta e construtiva convivência internacional, do multilateralismo (especialmente dos sistemas de Nações Unidas e da OEA) e da paz, democracia, desenvolvimento e justiça social. Numa época de incertezas, conflitos e choque de aspirações hegemônicas globais e regionais, a política exterior global do Brasil prestigiou-se com a implementação de políticas favoráveis à boa e correta convivência internacional. A partir do “reencontro” do Brasil com sua identidade democrática, novos temas adquiriram crescente relevância na agenda externa – e doméstica – do país. Dentre estes “novos” temas ressaltaram, justamente, o respeito aos direitos humanos, o meio ambiente, a promoção da governabilidade democrática, a cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, entre outros.

A assim chamada crise do multilateralismo foi objeto de intenso debate no Itamaraty. Em geral, não parece incorreto concluir que a diplomacia brasileira decidiu que deveria oferecer irrestrito apoio à capacidade negociadora dos sistemas da ONU e da OEA. “A deterioração dos mecanismos multilaterais é fator de preocupação para o Brasil, não só pela tradicional adesão da política externa brasileira aos ideais de uma ordem internacional baseada na igualdade soberana e na equidade, mas também porque nossos interesses concretos se veriam prejudicados por uma situação em o puro poder – econômico, militar ou político – tivesse livre curso”, sentenciou o Ministro Abreu Sodré, em 1987. Sugerindo, em seguida, que “Interessa ao Brasil a revalorização das Nações Unidas e do sistema multilateral, bem como o fortalecimento do direito internacional, como formas de condicionamento da política de poder.”

(e) Incentivo ao desarmamento, especialmente do desarmamento nuclear. A reconhecida capacidade de sobre-extermínio acumulada pelas superpotências, especialmente devido ao alto e crescente mobilidade, precisão e potência das armas nucleares táticas, de alcance intermediário e especialmente intercontinentais, erigiu-se numa ameaça não só para povos do hemisfério norte reféns do “equilíbrio do terror” imposto pela dialética OTAN-Pacto de Varsóvia, mas para toda a humanidade e mesmo para a vida no planeta – isto é, o que Edward Thopmson (1985) de “exterminismo” no estágio final da civilização.

Diante da ameaça de um eventual holocausto nuclear durante o complexo, conflituoso e perturbador decênio de 1980, o Brasil não poupo esforços orientados para promover, no marco do sistema da ONU, conversações sobre controle, verificação e redução acreditável, verificável e irreversível de armamento, especialmente de

armamento nuclear. “Tal postura decorre não só da vocação pacífica do país, mas também da consciência da interdependência de destinos dos povos na era nuclear e na responsabilidade de cada um em construir um ambiente internacional que proporcione paz e segurança para a humanidade”, sentenciou o Chanceler Roberto de Abreu Sodré, em 1988.

Paradoxalmente, durante o mesmo período e no campo do armamento convencional tecnologicamente avançado, o Brasil tornou-se num dos dez mais importantes provedores ou fornecedores de material de emprego militar. De fato não é incorreto afirmar que o ciclo de auge e declínio do complexo militar-industrial brasileiro terminou encadeando sua sorte à evolução da história da Segunda Guerra Fria. Em outras palavras, parece evidente que existiram relações estreitas e diretas entre o considerável auge do complexo militar-industrial brasileiro e a fase de bipolaridade rígida da Segunda Guerra Fria, por um lado, e o igualmente dramático declínio da indústria brasileira de armamentos e a fase de bipolaridade flexível da Segunda Guerra Fria, por outro. Convém agregar que ainda não está totalmente esclarecido o que corresponde à lógica da política brasileira de exportação de material de emprego militar e muito menos o tocante às alegadas aspirações nucleares dos militares brasileiros.

Contudo, os esforços da diplomacia brasileira em favor do desarmamento nuclear – especialmente na segunda metade do decênio em questão – foram dignas de reconhecimento, inclusive porque lograram, junto a diplomacias de outros países latino-americanos, manter desnuclearizada à nossa América Latina e o Caribe.

(f) Persistência na relevância da opção universalista. Com efeito, durante os anos da Segunda Guerra Fria, o Brasil foi um dos poucos países latino-americanos – e do mundo, em geral – que manteve uma alta capacidade de diálogo com interlocutores de diferentes orientações política e ideológicas, fossem países capitalistas desenvolvidos, socialistas, em desenvolvimento, “moderados”, “radicais”, etc. A única e notável exceção foi o caso específico do espúrio regime de oligarquia racial ou *apartheid* imperante na África do Sul.

Dita capacidade de diálogo e negociação fundamentou-se basicamente na estrita adscrição da política externa global do país aos princípios e propósitos fundamentais do direito internacional, bem como ao pragmatismo, à sua dupla identidade de ser simultaneamente um país ocidental e em desenvolvimento, a suas próprias tradições, e ao virtual consenso estratégico compartilhado por todos ou pela

maioria dos atores sociais e políticos do país – convém agregar que dito consenso apresentou-se temperado por uma vigorosa e persistente retórica de desenvolvimentismo económico e social.

Em conclusão, parece lícito afirmar que o Brasil conseguiu, com relativo sucesso, encarar os desafios e oportunidades emanados de um contexto global tão complexo, conflituoso e perturbador como o do decênio de 1980. Apesar de várias vicissitudes e percalços de ordem econômica e sociopolítica, bem como das consideráveis pressões exógenas, os “homens de Estado” responsáveis da formulação e implementação da política externa brasileira conseguiram manter e reproduzir um campo semântico firmemente ancorado na oposição frente às pretensões hegemônicas das superpotências, na defesa dos interesses nacionais vitais do país – fossem econômicos, políticos ou estratégicos –, nos princípios básicos do direito internacional e especialmente no que Celso Lafer chama de sua própria “identidade internacional” (Lafer, 2002).

Consequentemente, o Brasil, ainda durante os anos finais do regime militar, manteve sua condição de interlocutor ou parceiro de confiança. Também, erigiu-se num dos casos mais notórios, positivos e surpreendentes sob as perspectivas da história das relações internacionais contemporâneas da América Latina e do Caribe, por um lado, e da história da Segunda Guerra Fria, por outro.

Adicionalmente, não é totalmente incorreto ou impertinente resgatar o positivo e construtivo legado da política exterior global do Brasil diante dos desafios próprios dos anos da Segunda Guerra Fria, justamente, numa outra época de incertezas, conflitos e revitalização das aspirações e pressões hegemônicas e intervencionistas da única hiperpotência do mundo atual.

Como se sabe, os dramáticos acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos provocaram uma expressiva recomposição da ordem internacional. De fato, para alguns analistas da conjuntura internacional se trata de uma nova forma de guerra fria entre forças hegemônicas e anti-hegemônicas, entre forças imperialistas e terroristas, ou entre os Estados Unidos e o assim chamado Eixo do Mal – note-se que segundo ideólogos neoconservadores estadunidenses também existiria um eixo do mal latino-americano integrado por Cuba, Venezuela e outros países que se opõem às ameaças e aspirações hegemônicas regionais do Norte –, dependendo da perspectiva de análise.

Portanto, reconhecer e valorizar a lógica da política externa global do Brasil frente aos perturbadores anos da Segunda Guerra Fria pode terminar sendo útil para compreender e encarar a atual conjuntura internacional, uma de cujas características básicas é segundo vários analistas, vale insistir, o surgimento de uma nova forma de guerra fria.

7. Referências bibliográficas

a) Fontes primárias

Resenha de Política Externa do Brasil

b) Referencias bibliográficas

ALEIXO, (1985): "A Política Externa da Nova República: Ruptura ou Continuidade?", *Política e Estratégia*, vol. III, N° 1; pp. 53-69.

BITAR, Sergio (1988): "Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina", *Revista de la CEPAL*, N° 34; pp. 45-63.

____ (1984): "De la Alianza para el Progreso a la Magia del Mercado. Política Económica de los Estados Unidos hacia América Latina", em Sergio Bitar e Carlos J. Moneta (comp.): *Política Económica de Estados Unidos en América Latina/ Documentos de la administración Reagan*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano; pp. 9-41.

BORÓN, Atilio (1981): "Latin America: Between Hobbes and Friedman", *New Left Review*, N° 130; pp. 45-66.

BULMER-THOMAS, Victor (1998): *La Historia Económica de América Latina desde la Independencia*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

BURNS, E. Bradford (1987): *At War in Nicaragua/ The Reagan Doctrine and the Politics of Nostalgia*, New York: Horper and Row.

CANO, Wilson (2000): *Soberania e Política Econômica na América Latina*, São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP/FAPESP.

CARPENTER, Ted Galen (1986): "U.S. Aid to anti-communist rebels: the 'Reagan Doctrine' and its pitfalls", *Policy Analysis*, N° 74; na Internet: [www.cato.org/pubs/pas/pa074.html].

CASTAÑEDA, Jorge (1996): "América Latina y la terminación de la Guerra Fría: Un ensayo sobre la frustración", em Abraham F. Lowenthal e Gregory F. Treverton

- (comp.): *América Latina en un mundo nuevo*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica; pp. 40-69.
- CEPAL (2002): *Globalização e desenvolvimento*, Santiago do Chile: Nações Unidas.
- _____ (1992): *Equidad y Transformación Productiva: Un enfoque integrado*, Santiago do Chile: Nações Unidas.
- _____ (1990): *Transformación Productiva con Equidad/ La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*, Santiago do Chile: Nações Unidas.
- CERVO, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno (2003): *História da política exterior do Brasil*, Coleção o Brasil e o Mundo, Brasília: Editora da Universidade de Brasília e IBRI.
- CHOMSKY, Noam (2003): *Contendo a democracia*, Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2002): *Estados canallas/ El imperio de la fuerza en los asuntos mundiales*, Buenos Aires: Paídos.
- CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (1996): "A política externa de José Sarney", in José Augusto Guilhon Albuquerque (organizador): *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)/ Volume I Crescimento, modernização e política externa*, São Paulo: Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP; pp. 361-385.
- EHRMAN, John (1995): *The Rise of Neoconservatism/ Intellectuals and Foreign Affairs 1945-1994*, New Haven e Londres: Yale University Press.
- FEINBERG, Richard E. (1983): "Reaganomics and the Third World", em Kenneth A. Oye, Robert J. Lieber e Donald Rothchild (ed.): *Eagle Defiant/ United States Foreign Policy in the 1980s*, Boston: Little, Brown and Company; pp. 131-165.
- FROHMANN, Alicia (1990): *Puentes sobre la Turbulencia/ La Concertación Política Latinoamericana en los Ochenta*, Santiago de Chile: FLACSO.
- GELMAN, Harry (1985): "Rise and Fall of Détente", *Problems of Communism*, N° 2; pp. 51-72.
- GLEIJESES, Piero (1986): "The Reagan Doctrine and Central America", *Current History/ A Journal of Contemporary World Affairs*, vol. 85, N° 515; pp. 401-437.
- HALLIDAY, Fred (1986): *The Making of the Second Cold War*, 2ª ed., Londres: Verso.
- HIRST, Mónica, (1986): "Transição Democrática e Política Externa: A Experiência do Brasil", in Heraldo Muñoz e Joseph Tulchin (editores): *A América Latina e a Política Mundial/ Uma Perspectiva latino-americana das relações internacionais*, São Paulo: Editora Convivio; pp. 207-218.

- HUNTINGTON, Samuel (1997): *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- _____ (1991): *The Third Wave/ Democratization in the late Twentieth Century*, Norman: University of Oklahoma Press.
- KATSIKAS, Suzanne Jolicoer (1982): *The Arc of Socialist Revolutions/ Angola to Afghanistan*, Cambridge: Schenkman Publishing Company.
- LAFER, Celso (2002): *La identidad internacional de Brasil*, Colección Popular N° 613, Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires.
- LOWENTHAL, Abraham (1990): *Partners in Conflict/ The United States and Latin American in the 1990s*, Baltimore: The John Hopkins University Press.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2003): *Conflito e integração na América do Sul/ Brasil, Argentina e Estados Unidos/ Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*, Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (2001): *A Reunificação da Alemanha/ Do Ideal Socialista ao Socialismo Real*, 2ª ed., São Paulo: Global Editora e Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____ (1999): *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização/ II - Rivalidade Emergente*, 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- PASTOR, Robert A. (1992): *Whirlpool/ U.S. Foreign Policy Toward Latin America and the Caribbean*, Princeton: Princeton University Press.
- PODHORETZ, Norman (1980): *The Present Danger*, New York: Simon and Schuster.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (1997): "Détente, diversidade, intranqüilidade e ilusões iguliataristas (1969-1979)", em José Flávio Sombra Saraiva (organizador): *Relações Internacionais Contemporâneas/ Da construção do mundo liberal à globalização*, Brasília: Paralelo 15, Coleção Relações Internacionais e Política; 279-302.
- SCHOULTZ, Lars (2000): *Estados Unidos: poder e submissão/ Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC).
- _____ (1987): *National Security and United States Policy toward Latin America*, Princeton: Princeton University Press.
- SHULMAN, Marshall, ed. (1986): *East-West Tensions in the Third World*; New York e Londres: The American Assembly/W.W. Norton & Company.
- SKIDMORE, Thomas (1988): *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- STEPAN, Alfred (1988): *Rethinking Military Politics/ Brazil and the Southern Cone*, Princeton: Princeton University Press.
- STEPHANSON, Anders (1996): "Fourteen Notes on the very concept of the Cold War", Nueva York: Columbia University; na Internet: <www2.h-net.msu.edu/~diplo/stephanson.html>.
- THOMPSON, Edward (1985): "Notas sobre el exterminismo, o estágio final da civilização", em Edward Thompson e outros: *Exterminismo e Guerra Fria*, São Paulo: Editora Brasiliense; pp. 3-31.
- ULLMAN, Richard H. (1996): "Los Estados Unidos, América Latina y el mundo después de la Guerra Fría", em Abraham F. Lowenthal e Gregory F. Treverton (comp.): *América Latina en un mundo nuevo*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica; pp. 23-39.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes (2003): "A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo" em *Relações Internacionais/ Visões do Brasil e da América Latina*, Brasília: FUNAG/IBRI, pp. 63-105.
- _____ (1998): *A política externa do regime militar brasileiro/ Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.